

Aléxia da Silva Ellwanger

UMA ANÁLISE SOBRE A GUERRA CIVIL NO IÊMEN

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade de
Santa Cruz do Sul – UNISC.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Mendelski
de Souza

Santa Cruz do Sul

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que possibilitou a minha chegada até aqui, com saúde e coragem. Aos meus pais, Alex e Rogeline, que nunca deixaram de acreditar em mim, e jamais duvidaram da minha capacidade e disciplina. Aos meus avós maternos, Rogélio e Edilaine, meus maiores amores e os grandes responsáveis pela concretização deste sonho. Devo tudo o que sou e tudo que tenho hoje a essas quatro pessoas, além da melhor família que eu poderia ter nesta vida. Ao meu namorado, Cassiel, meu incansável parceiro de vida, minha grande fortaleza, em dias difíceis. Ao meu orientador, Bruno Mendelski, sempre disposto a dividir a sua sabedoria, o seu tempo e seu conhecimento comigo. Aos professores Rafael Kirst e Mariana Corbellini, que, desde o início da graduação, estão ao meu lado, contribuindo para o meu crescimento. A todos os meus amigos, que, de uma forma ou de outra, me auxiliaram para que este momento se tornasse possível. E, por último, mas não menos importante, aos meus amores peludos, minhas doses diárias de amor e carinho. Independentemente do resultado, ter chegado até o final, para mim, já é uma grande vitória.

“La única verdad es que somos nuestros recuerdos: y cada uno de ellos, mejor o peor, convierte en la persona que eres...”

Alba, Chicas del Cable

RESUMO

Localizado ao sul da Península Arábica, o Iêmen é um jovem país, resultado da unificação do Norte e do Sul do território, em 1990. Após a Primavera Árabe de 2011, protestos realizados pela população, contra o regime ditatorial de Ali Abdullah Saleh, desencadearam uma maior fragmentação do país, já desestabilizado. A partir de 2011, o Iêmen tornou-se palco do descontentamento de seus cidadãos, além da hostilidade das ações oriundas do governo. Considerando isso, o objetivo do presente trabalho foi analisar o conflito civil do Iêmen e seus desdobramentos no ambiente internacional, a partir da atuação de potências estrangeiras. Para isso buscou-se apresentar as condicionantes internas do conflito e conseqüentemente interpretá-las, incluindo a problematização das diferenças culturais e religiosas da população iemenita. A metodologia do trabalho fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, histórica, explicativa e descritiva embasada pelo método Estudo de Caso. Como fundamento teórico foi utilizado o Realismo Neoclássico, em razão deste utilizar as variáveis internas e externas do conflito diretamente relacionadas. A partir da análise do conflito, observou-se que a intervenção de países vizinhos, assim como de Estados afastados da Península Arábica, contribuiu para a situação em que se encontra o Iêmen atualmente. As divergências entre o povo iemenita também apresentam grande responsabilidade na fragilização interna do país.

Palavras-chave: Iêmen. Intervenções Estrangeiras. Islamismo. Península Arábica. Realismo Neoclássico.

ABSTRACT

Located in the south of the Arabian Peninsula, Yemen is a young country, the result of the unification of the north and south of the territory in 1990. After the Arab Spring of 2011, protests by the population against the dictatorial regime of Ali Abdullah Saleh, triggered a greater fragmentation of the country, already destabilized. Beginning in 2011, Yemen became the stage for the discontent of its citizens, in addition to the hostility of actions from the government. Considering this, the objective of the present work was to analyze the civil conflict in Yemen and its consequences in the international environment, based on the actions of foreign powers. To this end, we sought to present the internal conditions of the conflict and consequently interpret them, including the problematization of the cultural and religious differences of the Yemeni population. The methodology of the work was based on bibliographical, historical, explanatory and descriptive research based on the Case Study method. Neoclassical Realism was used as the theoretical basis, because it used the internal and external variables of the conflict directly related. From the analysis of the conflict, it was observed that the intervention of neighboring countries as well as states far from the Arabian Peninsula, contributed to the situation in Yemen today. Disagreements among the Yemeni people also bear great responsibility for the country's internal weakness.

Keywords: Arabian Peninsula. Foreign Interventions. Islam. Neoclassical Realism. Yemen.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Localização da Península Arábica	24
Mapa 2 –	Localização do Golfo de Áden	28
Mapa 3 –	Expansão do Império Otomano	32
Mapa 4 –	Separação Iêmen do Norte e Iêmen do Sul	35
Mapa 5 –	Frentes de batalha do conflito civil iemenita do ano de 1994	38
Mapa 6 –	Divisão do país proposta por Hadi no ano de 2014	53
Mapa 7 –	A Expansão Houthi (2012-2015)	54
Figura 1 –	Diagrama de Schweller: coerência do Estado e o consenso entre as elites	60
Mapa 8 –	A presença da Coalização Saudita no Iêmen referente ao mês de junho de 2019	62
Mapa 9 –	A presença da Al-Qaeda, no Iêmen, no mês de junho de 2017	65
Mapa 10 –	Atuação de elementos externos no conflito civil iemenita (2015)	67
Mapa 11 –	Situação militar do Iêmen, em 2019	68
Mapa 12 –	Localização de Hodeida no Iêmen	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	Problema de Pesquisa.....	9
1.2	Objetivo geral	9
1.2.1	Objetivos específicos.....	9
1.3	Justificativa	10
1.4	Metodologia.....	10
2	A PERSPECTIVA REALISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
2.1	Uma nova visão para a Teoria Realista.....	17
3	UM POUCO DA HISTÓRIA IEMENITA	23
3.1	Formação Histórica do Iêmen do Sul.....	29
3.2	Formação Histórica do Iêmen do Norte	31
3.3	A Unificação do Iêmen	34
3.4	A permanência da crise e a consolidação de Saleh	36
3.5	A insurgência dos Houthis e demais grupos rebeldes no Iêmen.....	41
3.6	A Primavera Árabe.....	46
4	ANÁLISE DO CONFLITO CIVIL IEMENITA À LUZ DO REALISMO NEOCLÁSSICO.....	56
4.1	A Arábia Saudita no Iêmen.....	61
4.2	O Irã no Iêmen	65
4.3	A importância geopolítica do Iêmen, identificada pela intervenção dos demais atores.....	68
4.4	A crise humanitária decorrente do conflito iemenita, e o Acordo de Estocolmo.....	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

A história, a economia e a cultura iemenita foram influenciadas pela localização estratégica do país, uma encruzilhada de rotas comerciais e comunicação do Mundo Antigo. O Iêmen localiza-se na extremidade sudoeste da Península Arábica, e, logicamente, é de extrema importância para a região, uma vez que se situa centralmente na rota comercial de navios petroleiros, e encontra, em seus vizinhos, os maiores produtores de petróleo do mundo. O país se depara, atualmente, com um afastamento das discussões da comunidade internacional. A inabilidade da imprensa internacional de acompanhar, de forma simultânea e presencial, os conflitos que estão ocorrendo, no Oriente Médio e na África, faz com que os dramas presentes nestes locais sejam, de certa forma, desamparados.

Marcado, na atualidade, pela maior crise humanitária do mundo, envolvendo desnutrição, epidemias, morte de civis e bombardeios catastróficos, a tensão no Iêmen começou a desenvolver-se durante o período das revoluções populares da Primavera Árabe, no ano de 2011. Atualmente, o Iêmen encontra-se dividido entre grupos rebeldes, como os Houthis, por exemplo – indivíduos fundamentalmente seguidores da vertente xiita do Islamismo do noroeste do país. Os Houthis, apoiados principalmente pelo Irã, iniciaram uma série de protestos contra o Presidente em vigor, na época das revoluções populares, aproveitando para expandir suas áreas de atuação, ao longo do território iemenita (YEMEN..., 2020).

Do outro lado do conflito, há a Coalizão Saudita, composta pela Arábia Saudita como líder, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Bahrein, Egito, Jordânia, Marrocos e Catar (até o ano de 2017). Esta Coalizção, que serve de suporte, no conflito, para o governo iemenita reconhecido internacionalmente, estabeleceu bloqueios por mar, terra e ar, como resposta aos ataques dos rebeldes Houthis. Esse fato impediu que muitos cidadãos iemenitas deixassem o país, o que, de certa forma, preveniu que uma possível crise de refugiados emergisse, como em outros casos, a exemplo da Síria (YEMEN..., 2020).

Além da dificuldade de locomoção dos iemenitas, outro empecilho estabelecido pelo conflito é a restrição de acesso à imprensa. A impossibilidade de se trazer jornalistas de outros países seria outra questão complexa, devido à falta de infraestrutura e dificuldade

de acesso ao país. O conflito não apresenta ameaças diretas para o restante dos atores internacionais, visto que a guerra em si já teria limitado, de forma expressiva, a capacidade desses grupos extremistas de se expandirem ou, até mesmo, viajarem para fora das fronteiras do país (YEMEN..., 2020).

Este trabalho busca, então, tendo-se em vista os acontecimentos acima citados, compreender as causas e as consequências do conflito atual iemenita, além de investigar os papéis das grandes potências do Sistema Internacional e dos Estados vizinhos. Dessa maneira, para a obtenção dos resultados acerca da problematização apresentada nesta pesquisa, é feito um Estudo de Caso através de uma pesquisa qualitativa, na qual apresenta-se a análise de ideias e conceitos sobre o fenômeno. O método de pesquisa adotado propicia a passagem por caminhos que auxiliam na concepção e no entendimento do que se busca.

1.1 Problema de Pesquisa

Como compreender a Guerra Civil, no Iêmen, e seus desdobramentos, no Sistema Internacional?

1.2 Objetivo geral

Analisar a Guerra Civil iemenita e seus desdobramentos, no Sistema Internacional, a partir da perspectiva realista neo clássica de Randall Schweller (2006) e Gideon Rose (1998).

1.2.1 Objetivos específicos

- a) Interpretar as condicionantes internas do conflito iemenita a partir da Primavera Árabe até o ano de 2019.
- b) Problematizar como as diferenças culturais entre xiitas e sunitas influenciam na situação do país.

- c) Compreender a atuação da comunidade internacional no conflito, destacando o papel das grandes potências.

1.3 Justificativa

Percebeu-se que ainda há poucos estudos a respeito do assunto aqui tratado. Ao observar-se a lacuna existente na interpretação da Guerra Civil no Iêmen, por parte da comunidade acadêmica brasileira, notou-se a oportunidade viável de elaboração de um trabalho com ênfase na construção e disseminação do conhecimento sobre este conflito, suas raízes e suas consequências. Além desta lacuna que gerou a oportunidade, existe a motivação pessoal de quem o redige, interessada em todo o rico material político, social e cultural radicado, na região do Oriente Médio.

Enquanto parte do mundo árabe, o Iêmen apresenta características distintas que tornam a análise de suas políticas extremamente desafiadora e recompensadora. Visando um maior conhecimento sobre a área de estudo, o trabalho é de grande importância para o desenvolvimento intelectual da pesquisadora, uma vez que os temas abordados são de interesse à sua futura área de atuação e pesquisa. O trabalho tem por foco, portanto, desenvolver, de forma aprofundada, uma investigação a respeito do fenômeno citado, contribuindo para o debate científico da atualidade.

Como um incentivo a mais, que corrobora a importância da pesquisa, observou-se a relevância social da qual esta dispõe, tratando-se de uma região marcada por uma crise humanitária sem precedentes e resultados catastróficos. Dessa forma, justifica-se a escolha e o desenvolvimento deste tema pela sua afirmada importância perante os estudos da comunidade envolvida. Sua evolução se dá através da consolidação dos objetivos descritos, contribuindo-se, assim, para um maior entendimento a respeito do que ocorre na região, atualmente.

1.4 Metodologia

O método Estudo de Caso pode ser explicado através da fundamentação feita pelo autor Robert K. Yin (2015, p. 27), em seu livro *Estudo de Caso*: “[...] o Estudo de Caso é

preferido durante o exame de eventos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados”. Assim, este método busca trazer propósitos explicativos, e não apenas descritivos ou exploratórios, de um determinado fenômeno, por meio de uma investigação do caso em questão, de forma profunda, localizado em seu contexto no mundo real, levando-se em consideração suas alterações no espaço-tempo (YIN, 2015).

Ainda dentro da conceituação deste método, encontra-se a descrição feita por Sprinz e Wolinsky (2002, p. 28, tradução nossa), no livro *Cases, Numbers, Models: International Relations Research Methods*: “[...] um Estudo de Caso é, assim, um aspecto bem definido de um acontecimento histórico que o investigador seleciona para análise, ao invés de um acontecimento histórico em si”. Dessa forma, considerando-se as descrições do método citado, entende-se que sua aplicabilidade é plausível de ser utilizada para a compreensão do conflito aqui exposto (SPRINZ; WOLINSKY, 2002).

O Estudo de Caso requer, ainda, análises de problemas sem soluções pré-definidas, soluções estas que surgirão ao desenrolar das situações apresentadas. Conforme o contexto do problema for alterando-se, novas possibilidades de solução podem ser propostas e avaliadas. As análises necessitam de argumentos estruturados com base no que se tem exposto, ou seja, utilizam-se dos fatos do caso que está sendo estudado (SPRINZ; WOLINSKY, 2002).

Adentrando no âmbito propriamente dito das Relações Internacionais, o fenômeno a ser estudado encaixa-se na literatura objetiva, pragmática e empírica da Teoria Realista e suas vertentes – apresentadas posteriormente. Apesar de a corrente realista apresentar uma ampla gama de contribuições, afirma-se que o fator comum trazido, até então, para as reflexões teóricas clássicas é a natureza egocêntrica e individualista dos seres humanos, elemento explicativo de grandes acontecimentos no Sistema Internacional.

O Realismo fundamenta-se no conceito de percepção e de detecção da realidade como é, e como se apresenta, de fato, aos indivíduos – também, em como a natureza humana se correlaciona com a realidade e como se apresenta a ela. O foco são as vontades, muitas vezes, desprovidas da moral do indivíduo, em relação aos dilemas da vida em sociedade. Desde a abundante herança greco-romana, percorrendo o mundo

antigo e oriental, houve significativas contribuições para a construção da epistemologia das Relações Internacionais como teoria e objeto de estudo, propriamente dito:

Existem duas características comuns a vários realistas, mas que não são propriamente conceitos: a primeira é a ênfase no que acontece no Sistema Internacional, o que se traduz por considerar que o que ocorre dentro dos Estados não é relevante para a análise das relações internacionais. É o que alguns chamam da imagem do Estado como uma caixa preta. A segunda é um pessimismo pronunciado e definitivo em relação à natureza humana (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 23-24).

O Realismo é um dos grandes paradigmas do estudo das Relações Internacionais, junto com o liberalismo. Outras vertentes surgiram, no decorrer do tempo, entretanto, é de suma importância retomar-se estas duas, que serviram de alicerce para a construção do estudo de Teoria das Relações Internacionais. Afirma-se que esta corrente foi desenvolvida a partir das contribuições do historiador britânico Edward Carr (2004), ao criticar o pensamento idealista de sua época, em sua obra, *Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939*, e, posteriormente, por Hans Morgenthau, em sua obra de 1948, *Politics Among Nations*. Morgenthau (2003) estabelece, então, princípios teóricos e analíticos do Realismo Clássico. Posteriormente, em 1979, Kenneth Waltz publica *Theories of International Politics*, que aponta o Neo Realismo como resposta às insuficiências do Realismo Clássico.

A partir de um arcabouço de críticas direcionadas ao Realismo Clássico, um determinado grupo de teóricos obteve espaço dentro da disciplina de Relações Internacionais. Motivados por novas concepções, as quais tratam de construir uma nova leitura das relações entre os povos segundo os próprios problemas da vida internacional, questionavam os aspectos das teorias que vigoravam e não concordavam com as suas definições. Assim, alicerçam-se as bases para um movimento de reformulação. Instaura-se uma nova vertente crítica às concepções estruturais que passa a ganhar relevância ao final da década de 1990, conhecida como Realismo Neo Clássico. Como importante expoente da corrente, utiliza-se as ideias de Randall Schweller (2006) e Gideon Rose (1998).

2 A PERSPECTIVA REALISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Neste capítulo, são apresentados princípios e visões decorrentes da Teoria Realista das Relações Internacionais, enquanto disciplina. Posteriormente, o conteúdo aqui apresentado é utilizado para realizar análises acerca do conflito civil iemenita. Os desdobramentos da situação aqui problematizada podem ser interpretados, também, através de variações da perspectiva realista, como o Realismo Neoclássico, que é tratado logo após a contextualização do Realismo, como uma Teoria das Relações Internacionais.

Dessa forma, o Realismo como uma perspectiva dominante no estudo das Relações Internacionais, por si só, não é uma teoria unitária, mas sim, um agrupamento de vertentes de fatores semelhantes, caracterizando, desta forma, um pensamento rico, complexo e diverso para as Relações Internacionais. A gênese desta corrente teórica deu-se através da busca por autonomia e legitimidade de pensadores que exploravam as mais antigas obras acerca de temáticas próximas ao que se tornaria a Teoria Realista, como produções surgidas na Grécia Antiga, por exemplo. As verificações feitas por estes pensadores foram necessárias para corroborar suas proposições dentro da corrente (MAGNOLI, 2004).

Expor a ideia de cada teórico seria uma tarefa irrealizável. Por esse motivo, apresenta-se expoentes importantes para a construção do paradigma realista e que fundamentem a seguinte discussão. A origem das Relações Internacionais como disciplina vai de encontro com o contexto de Primeira Guerra Mundial. Sua sistematização como objeto de estudo deu-se através do desejo de acadêmicos, líderes, políticos e especialistas em não presenciarem a fatídica situação de conflito novamente. A grande questão do pensamento realista recaiu sobre o instrumental teórico adequado para analisar as ações dos estadistas.

Procurou-se estabelecer, assim, uma maior autonomia para as discussões de política internacional dentro do campo teórico. Insere-se, então, percepções acerca da estrutura do sistema de Estados, as dimensões deste sistema, a quantidade de atores envolvidos nele, a importância de cada ator, e, por fim, as espécies de relações entre eles (MAGNOLI, 2004). Um importante nome para o pensamento realista é Hans Morgenthau, o qual defende que os líderes estatais são obrigados a conduzir suas

políticas externas de acordo com o próprio interesse nacional. Morgenthau acreditava que homens e mulheres eram como animais, e que a busca pelo poder era o maior desejo humano, logo, todas as relações entre os Estados definem-se pelo desejo de poder, sendo este o que introduz a racionalidade, no campo político (MORGENTHAU, 2003).

Assim, o tipo de interesse das medidas políticas adotadas tende a ser variável, em decorrência do contexto histórico e cultural do local. Dessa forma, os interesses que têm como premissa a maximização do poder dos Estados não são fixos e nem permanentes (MORGENTHAU, 2003). As já citadas ideias de Morgenthau estão inseridas em sua renomada obra, *Política entre Nações: a luta pelo poder e pela paz*, cuja primeira edição data do ano de 1946. Pode-se assegurar que os escritos deste teórico organizaram e consolidaram os pressupostos reformulados da Teoria Realista das Relações Internacionais como disciplina.

Em seu livro, Morgenthau definiu seis princípios para o estudo e compreensão das relações internacionais. Nas palavras do próprio autor:

O Realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar. [...] Tanto o indivíduo como o Estado têm de julgar a ação política segundo princípios morais, tais como o da liberdade. Embora o indivíduo conte com o direito moral de sacrificar-se em defesa de tal princípio moral, o Estado não tem o direito de permitir que sua desaprovação moral da infringência da liberdade constitua um obstáculo à ação política vitoriosa, ela própria inspirada pelo princípio moral de sobrevivência nacional (MORGENTHAU, 2003, p. 20).

O primeiro princípio de Morgenthau afirma que a política, assim como a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que fazem parte da natureza humana, da mesma forma que a conduta dos animais é o resultado da natureza animal. Isso se reflete na atitude dos Estados: a sua maneira de atuar é produto da natureza humana, a qual a modernidade não é capaz de alterar. Em razão disso, as leis objetivas da política refletem diretamente essa natureza. Esse princípio pode ser relacionado aos estudos de Maquiavel, na sua comparação da conduta dos seres humanos à conduta dos animais, ambas utilizadas para compreender o comportamento dos Estados e a forma como reagem às suas leis, as quais independem das preferências da sociedade, que não pode desafiá-las (MORGENTHAU, 2003).

O segundo princípio diz respeito a todo e qualquer interesse dos atores internacionais que consiste na pretensão de alcançar cada vez mais poder a si mesmo. Os Estados são governados pelos seus próprios interesses, o que lhes trará a maior quantidade de benefícios aos menores custos. Esses interesses são definidos com base no poder. De acordo com Morgenthau (2003), uma Teoria Realista evitará dois erros: a preocupação com motivos e a preocupação com preferências ideológicas.

A seguir, o terceiro princípio assegura que países ideologicamente distintos são guiados pelos mesmos interesses, em prol da obtenção e manutenção do seu poder, entre os demais atores. Afirma-se que as relações entre os Estados se constituem em termos de poder, e são relativamente assimétricas, pois há dissemelhanças entre o poderio de cada ator. O quarto princípio afirma que o Estado é o único ator das relações internacionais, pressuposto puramente realista. A virtude da nação é representada pela característica da prudência – capacidade de avaliação das consequências das ações políticas –, ou seja, o Estado deve prever qual resultado terá suas ações (MORGENTHAU, 2003).

O quinto princípio diz que os atores internacionais não podem ser subordinados a algum sistema normativo. Dessa forma, o Sistema Internacional é absolutamente anárquico, e os Estados são soberanos tanto interna quanto externamente, o que lhes garante que ajam de acordo com seus interesses. Todos são soberanos e igualmente capazes de tomar decisões, apesar da desconformidade de suas competências. O Direito Internacional não é uma ferramenta válida para a busca pelo poder, uma vez que apresenta limites à atuação dos Estados, e, devido a isso, alguns teóricos realistas consideram o Direito como abstrato e sem força para agir com base na coerção (MORGENTHAU, 2003).

O sexto e último princípio garante que a política interna de um Estado é necessariamente distinta da política externa deste. Domesticamente, o Estado trabalha para alcançar o bem-estar jurídico e social de sua sociedade através do exercício da autonomia para com seus cidadãos. No entanto, internacionalmente o Estado pretende maximizar o seu poder, sua força e segurança perante os demais atores em um sistema anárquico e pouco previsível. Afirma-se, então, que a política interna e a política externa são praticamente independentes entre si. Ainda nesta análise, entende-se que a

compreensão do âmbito da política internacional independe da esfera econômica ou religiosa, por exemplo (MORGENTHAU, 2003).

Com as transformações na esfera das Ciências Humanas e no meio internacional como a Guerra Fria, a globalização, o aquecimento global e o crescimento das Organizações Internacionais muitos pensadores começaram a revisar a obra de Morgenthau, conferindo visões muito diversas do Realismo. Críticas às composições do Realismo Clássico, desenvolvidas até então, foram surgindo, dando abertura a novas contribuições teóricas. Estas contaram com os fatores primordiais realistas como o poder, a autoajuda¹, a sobrevivência e a anarquia². Além destes, novos elementos foram introduzidos (MAGNOLI, 2004).

A exemplo, tem-se as contribuições de Kenneth Waltz cuja obra *Teoria da Política Internacional* de 1979, teve uma grande repercussão nas ciências políticas. Waltz inseriu em suas análises fatores importantes como a economia, por exemplo, inaugurando desta forma, uma nova fase para a abordagem realista, o chamado Neo Realismo ou Realismo Estrutural. Waltz afirma que mesmo que os Estados apresentem diferenças culturais, políticas e econômicas, são similares à maneira que operam. As distinções reais dos Estados, são seus recursos para suprir suas necessidades (WALTZ, 1979).

Esta corrente teórica divide-se entre o Realismo Ofensivo e o Realismo Defensivo. Os neo realistas clássicos adotam as ideias de Kenneth Waltz e do Realismo Defensivo, ao passo que os neo realistas da atualidade se respaldam nas ideias de Realismo Ofensivo de John Mearsheimer (2001). Este, um cientista político e grande contribuinte desta teoria. Assim como Waltz, o foco de suas análises é o Sistema Internacional como um todo e não as unidades que o compõe. Mearsheimer (2012) é então, um dos teóricos da corrente neo realista - e sistêmica³ - mais importantes da discussão contemporânea de Relações Internacionais, assim como algumas de suas obras (MAGNOLI, 2004).

¹ Noção de que os Estados só podem contar com a sua própria capacidade, no que diz respeito às relações internacionais.

² *Anarchos*, a palavra grega original, significa apenas "sem governante", e, assim, a palavra anarquia pode ser usada tanto para expressar a condição negativa de ausência de governo quanto a condição positiva de não haver governo, por ser ele desnecessário à preservação da ordem (WOODCOCK, 2002, p. 8).

³ Outra denominação ao Neo Realismo e ao Realismo Estrutural, enfatiza a distribuição de poder entre Estados dentro do Sistema Internacional que atua como principal determinante do comportamento estatal.

A visão exposta por Kenneth Waltz (1979) delineou a esfera de ação de uma ciência que, até aquele momento, era desprovida de um caráter científico. A concepção de Waltz à anarquia sistêmica, e com foco na estrutura do Sistema Internacional, comprovou a indispensabilidade de uma ciência cujo núcleo baseava-se em fenômenos interestatais. O Realismo Estrutural de Waltz legitimou as Relações Internacionais como disciplina, dotada de um alto nível de previsibilidade acerca do Sistema Internacional. Entretanto, sua visão não foi aclamada predominantemente (MAGNOLI, 2004).

A partir do arcabouço de críticas que foram direcionadas ao Neo Realismo apresentado, outro grupo de teóricos obteve espaço dentro da disciplina de Relações Internacionais. Motivados pelas novas concepções epistemológicas e ontológicas, as quais tratam de construir uma nova leitura das relações entre os povos, segundo os próprios problemas da vida internacional, questionavam os aspectos ontológicos e epistemológicos das teorias que vigoravam, e não concordavam com as suas definições metodológicas (MAGNOLI, 2004).

Assim, alicerça-se as bases para um movimento de reformulação dos saberes e pressupostos históricos. No que diz respeito às Relações Internacionais como disciplina, há questionamentos acerca dos conceitos, representações e argumentos das teorias vigentes, e, em especial, da rígida percepção estrutural de autores como Waltz. Dessa forma, instaura-se uma nova vertente crítica às concepções estruturais, que passa a ganhar relevância ao final da década de 1990, conhecida como Realismo Neo Clássico ou Realismo Neo Tradicional, que compreende seus elementos, agentes e sistemas como uma correlação (MAGNOLI, 2004).

2.1 Uma nova visão para a Teoria Realista

Os contribuintes desta vertente teórica declaram que os argumentos utilizados, até então, pelo Neo Realismo não se sustentam quando aplicados ao contexto histórico no qual foram produzidos. Dessa forma, buscam encontrar fatores que recuperem a historicidade das concepções, introduzindo novos elementos às análises. Esta abordagem argumenta a sua aplicação como base para análise dos processos decisórios de política externa, especialmente na área de segurança.

Assim como no Realismo Clássico e no Neo Realismo, os teóricos procuram interpretar a realidade da política internacional por meio do estudo do poder como elemento de permuta, e das relações comumente conturbadas entre Estados. A diferença, então, entre esta vertente e suas antecessoras essenciais está no fato de ela procurar explorar o comportamento dos Estados no Sistema Internacional inserindo o nível doméstico às discussões, além do campo externo.

Cada teórico do Realismo Neoclássico tem como escopo uma política específica. A exemplo de Fareed Zakaria, que busca explicar a expansão do poder, Randall Schweller, que explora a balança de poder, Thomas Christensen e Jack Snyder (1990), que estudam a formação de alianças, e Gideon Rose, que trata de questões envolvendo a Política Externa dos Estados e o combate ao terrorismo, entre outros.

Fareed Zakaria, em suas análises, afirma que um autor se afasta da corrente realista quando não observa o princípio da supremacia da política externa sendo aplicado. Este princípio, na visão de Zakaria, manifesta dois sentidos diferentes, mas, ao mesmo tempo, correlacionados. O primeiro é de que as relações sistêmicas têm uma forte influência sobre as instituições internas dos Estados. Já o segundo assegura que os Estados direcionam sua política externa para alcançarem os seus objetivos estratégicos (ZAKARIA, 1998).

Zakaria ainda promove críticas ao Realismo Defensivo, pertinentes ao Realismo Sistêmico como um todo, uma vez que a sua contrariedade é percebida através de suas manifestações, as quais asseguram que o Sistema Internacional concebido a partir dos pressupostos do Realismo Defensivo conduz os Estados às políticas externas minimalistas. Essa condução, segundo o autor, não corresponde com a atuação da maioria das grandes potências, que têm sido expansionistas – logo, elas devem ser consideradas exceções à regra (ZAKARIA, 1998).

O teórico ainda reprova a exaltação do conceito de “segurança” da perspectiva defensiva, atestando que os Estados possivelmente não agem como o Realismo Defensivo presume, visto que é complexo estabelecer-se precisamente o ponto ótimo em que conquistam poder suficiente para garantirem a sua defesa, sem causarem inquietação. Em suas palavras:

Segurança é um conceito flexível, mais difícil de operacionalizar do que a maioria dos termos nas relações internacionais. Quase todo ato de política externa pode (e tem) explicado boa parte da busca por segurança. [...] Além disso, a hipótese realista defensiva é impossível de falsificar em grande parte porque se baseia em evidências: o testemunho egoísta dos tomadores de decisão. Os Estadistas têm interesse em afirmar que suas políticas são tentativas de segurança. Ao afirmar que sua política é a única opção viável, eles minam a oposição (ZAKARIA, 1998, p. 10).

Para Randall Schweller (2000), os realistas, como um todo, veem, no Sistema Internacional, uma incessante competição entre distintos sujeitos pelo domínio de recursos escassos. Para ele, os teóricos realistas atestam que os Estados devem atuar racionalmente na busca pelo poder, o que não significa que as inclinações de cada Estado sejam fixas. Sem o poder, os Estados não conseguiriam garantir nem sua própria autonomia, tampouco a defesa de seus interesses, pois estariam suscetíveis em meio à anarquia. Assim, devido a isso, a expansão e a manutenção do poder devem ser objetivos necessariamente primordiais ao Estado (SCHWELLER, 2000).

Schweller busca compreender, então, como as variáveis domésticas interferem na política externa de um Estado. Para isso, determina quatro fatores domésticos que influenciam na capacidade do Estado de reagir às prerrogativas sistêmicas, sendo eles: o consenso entre as elites domésticas; a fragilidade do regime e/ou governo; a coesão social; e o grau de coesão entre as elites (fator este próximo do primeiro). O consenso entre as elites diz respeito ao nível que estas compartilham ou não da mesma compreensão sobre os problemas do Estado, e à maneira da qual estes problemas devem ser solucionados (SCHWELLER, 2006).

As concepções das elites são consequências das particularidades de cada conjunto, envolvendo as preferências, as crenças, as expectativas, os pontos de vista e as informações dispostas a cada um. Para Schweller (2006), quanto mais dúvida for a informação disponível aos atores sobre o seu espaço, menos se espera um consenso entre eles sobre preferências e estratégias políticas. Ao passo que as informações tornam-se menos imprecisas, a possibilidade de se alcançar um consenso acerca de políticas mais assertivas é maior.

A fragilidade do regime e/ou governo é mensurada pela probabilidade de destituição de um governo ou derrota de um regime, isto é, se há oposição relevante por parte de militares, sociedade civil ou grupos políticos. Este fator leva em consideração, também,

se há conexão entre o governante em vigor e as massas. Segundo Schweller (2000), para alcançar-se um determinado nível de conexão, é necessário que se indague se o governo se ampara somente pela coerção ou se é tido como legítimo naturalmente, correspondendo às expectativas das massas, obtendo apoio e salvaguardando o mínimo de interferência externa (SCHWELLER, 2006).

A coesão social antagônica à desintegração social é dimensionada pela aceitação por unanimidade dos indivíduos de uma sociedade, das instituições e dos mecanismos de resolução de conflitos internos. Independentemente de haver oposições entre os grupos de interesse, deve existir concertação na legitimação de processos e instituições. “Existem divisões políticas perigosas quando grupos dentro da sociedade não conferem legitimidade às instituições que a estruturam, e mais ainda quando um segmento significativo da população pretende derrubar o Estado (ou seja, oposição desleal)” (SCHWELLER, 2006, p. 49).

Já em relação ao grau de coesão entre as elites, entende-se que a polarização destas pode ocorrer por meio de divisões ideológicas, culturais, religiosas e burocráticas, ou, ainda, por interesses regionais e setoriais ou grupos étnicos. Para realizar-se uma análise acerca do grau de fragmentação interna dos grupos, deve-se investigar se há conflitos internos por poder (disputa pelo aparato estatal), e se há a chance de os grupos se aliarem ao inimigo do Estado para tomarem o poder.

As variáveis internas destacadas por Schweller são utilizadas para realizar uma comparação entre os processos decisórios⁴, pois se ajustam aos mais distintos tipos de regime como os autoritários e democráticos, e sistemas políticos como o parlamentarismo e o presidencialismo, por exemplo. Para ilustrar-se suas ideias acerca destas variáveis e como elas auxiliam para a fragilização do não do Estado, Schweller apresenta-se um diagrama, exposto no Capítulo 4, intitulado “Análise do conflito civil iemenita à luz do Realismo Neoclássico” (SCHWELLER, 2006).

Partindo-se da tese central de Gideon Rose, cuja argumentação baseia-se no diagnóstico de que, apesar de as teorias de Relações Internacionais terem sido aproximadas às políticas internacionais, há pouco, tem-se percebido um afloramento de

⁴ Dinâmica decisória na qual participam os atores governamentais e não governamentais, do Estado e do Sistema Internacional, em uma sequência temporal (BACCARINI, 2017).

interesse em política externa. As teorias de política externa, em sua maioria, para Rose, buscam esclarecer não somente o padrão de consequências das interações entre os Estados, mas também, a sua conduta individual. Para compreender-se o vínculo entre poder e política, deve haver, então, uma investigação intensa acerca do contexto nacional e internacional, no qual a política externa está sendo planejada e estabelecida (ROSE, 1998).

Logo, o foco de Rose é relacionar as abordagens de política internacional e política externa, respeitando as especificidades de cada uma. Dessa forma, assume premissas que guiam o seu estudo, como a afirmação de que a aspiração de um Estado refletida em sua política externa é estimulada pelo seu poder material relativo, ou seja, quanto maior for a ambição do Estado frente o Sistema Internacional, de maior dimensão será sua política externa. As variáveis do Realismo, em sua ampla abordagem, destacam permanentemente a ingerência do Sistema Internacional no comportamento dos Estados (ROSE, 1998).

O Realismo Ofensivo substancialmente modifica a lógica da política doméstica e pondera que os elementos sistêmicos são sempre dominantes. No Realismo Defensivo, há uma abordagem mais branda, cuja ideia principal é de que alguns elementos sistêmicos conduzem o comportamento dos Estados – outros, porém, não (ROSE, 1998). No Realismo Neoclássico de Rose (1998), passa-se a introduzir, declaradamente, as duas variáveis – interna e externa –. O grande desafio à perspectiva de Rose (1998) é assumir que ambos os contextos, atuando em conjunto (doméstico e internacional), não esclarecem qual esfera será determinante quanto aos processos decisórios, por exemplo.

Conforme Rose (1998, p. 153, tradução nossa):

O que diferencia os autores em discussão como uma escola distinta e digna de reconhecimento é a natureza comum de sua busca por desenvolver uma teoria explícita e generalizável da política externa e os fios comuns de sua argumentação. Sua preocupação central é desenvolver e aprimorar o trabalho de estudantes anteriores de poder relativo, elaborando o papel das variáveis intervenientes no nível doméstico, sistematizando a abordagem e testando-a contra os concorrentes contemporâneos.

Assim, a partir dos teóricos e suas contribuições aqui citadas, entende-se que as reflexões atribuídas a cada uma de suas premissas auxiliarão no desenvolvimento da

análise do problema central desta pesquisa. Os conceitos e as percepções colaborarão com a construção do pensamento acerca do objeto estudado, e por meio das vertentes da Teoria Realista aqui mencionadas, até então, busca-se uma compreensão, com embasamento teórico.

A Teoria Realista Neoclássica vincula variáveis independentes, intervenientes e dependentes claramente especificadas em uma cadeia causal direta. Assim, o Realismo Neoclássico prevê que um aumento no poder material relativo levará eventualmente a uma expansão correspondente na ambição e no escopo da atividade de política externa de um país - e que uma diminuição desse poder levará eventualmente a uma contração correspondente. Também prevê que o processo não será necessariamente gradual ou uniforme, no entanto, porque dependerá não apenas de tendências materiais objetivas, mas também de como os tomadores de decisão políticos os percebem subjetivamente (ROSE, p. 1998, 167, tradução nossa).

Compreende-se que as considerações do Realismo Neo Clássico, de Randall Schweller e Gideon Rose, são de grande valia para a lapidação do processo crítico da pesquisa e de seu entendimento. Uma vez que esses autores inserem as variáveis internas no processo decisório do Estado, assim como no planejamento de sua política externa, suas contribuições auxiliam na compreensão do problema. A partir da interação do ambiente doméstico com o ambiente internacional, e das discordâncias internas de um país, surgem resultados como o conflito aqui exposto, e em decorrência dos estudos de Schweller e Rose, essas interações são possíveis de serem analisadas, dentro da Teoria Realista. No próximo capítulo, é apresentada a formação histórica do Iêmen, desde as ocupações colonizadoras, a divisão territorial e, acima de tudo, cultural, entre o Norte e o Sul, até a contextualização do período moderno do país.

3 UM POUCO DA HISTÓRIA IEMENITA

Neste capítulo, é apresentada a formação do Iêmen enquanto país, por quem e de que forma o país foi colonizado e habitado, nos períodos anteriores à sua unificação no século XX. Aqui, são abordadas, ainda, as questões étnicas e religiosas, que são de suma importância para a análise e compreensão do conflito civil observado. Logo, a História do Iêmen, como conhecido atualmente, é uma junção de estudos de fatos voltados ao desenvolvimento e à evolução do território e da sociedade iemenita, ao longo de muitos anos.

A porção meridional da Península Arábica, região localizada no sudoeste do continente asiático e no nordeste do continente africano, antigamente, era ocupada por tribos que praticavam uma economia agrícola e mercantil, principalmente, no litoral da Península. No início do século II d. C., a região era muito conhecida em decorrência de sua vegetação, que se distingue do restante da Península, e de sua riqueza, como resultado do comércio.

No século III d. C., o Reino de Sabá (Reino este mencionado nas escrituras judaicas atuais) foi influenciado por uma seita de origem hebreia. Esta seita conquistou a hegemonia no sul da Península Arábica, e fixou a capital em Sanaa, atual capital do Iêmen, estabelecendo o judaísmo como religião oficial. Quase um século após a conquista hebreia, alguns missionários cristãos começaram a adentrar a região (EDITORA ON LINE, 2016).

Mapa 1 – Localização da Península Arábica



Fonte: Political... (2018, n.p.).

O local recebeu muitas influências religiosas, quando, em meados do século VII, incorporou-se ao Islamismo. O Islamismo conhecido nos dias de hoje originou-se por volta do século VII, por meio de um Profeta chamado Maomé. Da mesma forma que o Judaísmo e o Cristianismo, é uma religião de caráter monoteísta, ou seja, seus seguidores acreditam na existência de um único Deus – neste caso, Alá. Os seguidores do Islamismo são comumente chamados de muçulmanos ou muçulmanas (EDITORA ON LINE, 2016).

As profecias de Maomé foram organizadas no Alcorão ou Corão, o livro considerado sagrado ao Islamismo. A amplitude do Islamismo ultrapassa os limites e as fronteiras dos Estados e continentes. A exemplo disso, o projeto *Global Religious Futures* calculou, com base em uma pesquisa encomendada pela *Pew Research Center*, que, até o ano de 2050, o número de muçulmanos chegue a 30% do total da população mundial, ou seja, o correspondente a aproximadamente 2,8 bilhões de pessoas (EDITORA ON LINE, 2016).

Existem múltiplas segmentações de pensamento que tornam a religião ainda mais diversificada. Os primórdios desta religião baseiam-se em uma questão política: ao passo que alguns segmentos acreditavam que a liderança do povo muçulmano cabia a um

consenso entre todos (sunitas), outros identificavam a família do Profeta como a única herdeira dos poderes e direitos governamentais (xiitas). Dessa forma, iniciavam-se, então, as conhecidas divisões do Islamismo: Sunismo, Xiismo, Zaidismo, Sufismo, além dos duodecimâmicos e os puritanos e reformistas. A partir dessas divisões, outras foram surgindo (EDITORA ON LINE, 2016).

Os sunitas fazem parte das quatro escolas ortodoxas do pensamento islâmico. Este segmento estabelece a maioria dos muçulmanos distribuídos ao redor do mundo, e que se reconhecem como os verdadeiros ortodoxos. A desconformidade entre os sunitas e os xiitas fundamenta-se na sucessão do Profeta Maomé. Os sunitas acreditam que o sucessor de Maomé deveria ser Abu Bakr. Abu Bakr foi conselheiro de Maomé, e após a morte do profeta, tornou-se o líder do mundo muçulmano, através de uma eleição por voto popular. Já os xiitas creem que a sucessão deveria ter sido realizada por um dos membros da família de Maomé (EDITORA ON LINE, 2016). A respeito da Sunna seguida pelos sunitas, Coggiola (2007, p. 14) afirma:

[...] É o comportamento, ou o exemplo de Maomé e da comunidade muçulmana primitiva. A compilação das tradições árabes, no Alcorão por Maomé, serviu para dar aos povos árabes um caráter unitário e, dessa forma, pôr um fim às divisões internas. No entanto, esse conjunto de tradições se mostrou incompleto com o passar do tempo e, sobretudo, à medida que os árabes se expandiam e entravam em contato com povos não árabes. Justamente devido a essas lacunas do Alcorão, criou-se no mundo islâmico a tradição dos *Hadith*, ou seja, homens que ditavam a maneira mais adequada de se agir frente às situações sobre as quais o Alcorão nada mencionava.

Alguns sunitas adotam comportamentos mais extremistas, e referem-se às crenças xiitas de maneira desdenhosa. Os xiitas, por sua vez, configuram outro grupo de seguidores do Islamismo. Estes acreditam que Ali, primo e genro de Maomé, deveria ser o seu substituto, por ser membro da família. Logo, a palavra xiita significa, em uma tradução literal para o português, “o partido de Ali”. Então, a tomada de poder, para os xiitas, é baseada na hereditariedade, ou seja, através do Imamato. A questão política acentua as diferenças internas do Islamismo. Após alguns conflitos a respeito da morte do quarto e do sexto Imã, os xiitas separaram-se entre zaiditas e ismaelitas, principalmente (DRESCH, 1989). Segundo o Centro Islâmico do Brasil:

Crer no Imamato é ter fé que Deus elegeu dentre os humanos, Imãs (líderes espirituais) encarregados de guardar a fidelidade da mensagem revelada aos profetas. Estes Imãs, em todas as épocas, têm o encargo de estabelecer a soberania da verdade, proteger a religião dos desvios e conduzir os povos à aplicação correta da lei divina, e mesmo em nossa época, como nas épocas passadas, Deus não deixou a humanidade sem guia ou orientação precisa (O IMMAMATO, 2014, n.p.).

Atualmente, os zaiditas são a maioria apenas no norte do território iemenita, sendo que a maior parte do povo do sul do país é sunita. Conforme a Editora On Line (2016, p. 39): “O Iêmen esteve nas mãos e no poder dos zaiditas até o século XX. Hoje, eles constituem 40% da população desse país”. Esse segmento não reconhece uma continuidade legítima de Imãs, uma vez que não acredita que seja necessário um Imã vivo. Outros seguidores do Islamismo creem que os zaiditas, em seu formato original, sejam os verdadeiros muçulmanos (DRESCH, 1989).

Os ismaelitas compõem outra corrente do Xiismo. Em meados do século IX, esse povo caracterizou um movimento de caráter revolucionário que dispersou inúmeros missionários ao redor do mundo, com o objetivo de levar a sua crença adiante. Quando oportuno, os ismaelitas praticavam o chamado *taqiyya*, uma espécie de manipulação para salvaguardar suas identidades. Assim como os sufistas, os ismaelitas compreendem o Alcorão de uma maneira mística (EDITORA ON LINE, 2016).

Os sufistas, por sua vez, interpretam o Islamismo de uma forma esotérica. Esse segmento, diferentemente do último, pode compreender tanto sunitas quanto xiitas que buscam pelo entendimento do amor de Alá, e pela conexão de suas almas com o seu Deus. Os sufistas acreditam que seja possível experienciar Alá ainda em vida. Entende-se, então, que:

O sufismo, o misticismo do Islã sunita, é diferente das outras escolas que consideramos, uma vez que não desenvolveu uma filosofia abertamente política. Os sufis procuram Deus nas profundezas de seu ser, e não nos eventos atuais. [...] O sufismo também foi provavelmente uma reação contra o crescimento da jurisprudência, que parecia para alguns muçulmanos estar reduzindo o Islã a um conjunto de regras puramente exteriores. Os sufis queriam reproduzir dentro de si o estado de espírito que possibilitou a Maomé receber as revelações do Alcorão (ARMSTRONG, 2002, p. 73, tradução nossa).

No que diz respeito aos duodecimânicos, pode-se afirmar que provavelmente seja o maior grupo xiita dentro da religião islâmica. Seu nome se deve à crença na volta do

décimo segundo Imã, Muhammad al-Qa'im, o qual desapareceu suspeitosamente, quando criança. A volta dele traria o chamado *al-Mahdi*, que, para os duodecimânicos, significa a luta do bem contra o mal. O já falecido Aiatolá iraniano, Ruhollah Khomeini, foi um grande líder desse povo, que, ainda hoje, é governado por representantes xiitas (EDITORA ON LINE, 2016).

Os puritanos e reformistas creem que o Islamismo não deve ser modificado conforme o passar dos anos, e que sua origem deve ser preservada. Estes ainda, sustentam a ideia de que o Estado e a religião devem ser um só, assim como foi na época de Maomé, de forma que o Islamismo torne-se um aparelho público utilizado pela sociedade.

Puritanos procuram fundar Estados Islâmicos governados por religiosos, eruditos e pelas leis islâmicas. Sayyid Qutb, ideólogo importante da década de 1930, criou a “Irmandade Muçulmana”, que posteriormente influenciou organizações terroristas pelo mundo com essa ideologia. A Irmandade surgiu em oposição à reforma pan-islâmica, ocorrida no início do século XX. Regida pelo Jamal Afghani, a reforma defendia que os muçulmanos deveriam aprender com a modernidade e o engajamento do Ocidente (EDITORA ON LINE, 2016, p. 41).

Após a adesão iemenita ao Islã, a região passou por quase três séculos de conflitos e invasões. Nesse período de crise, ocorreram imigrações para o continente africano e para a parte oriental da Península. As inquietações políticas permaneceram hostilizando a região, quando, no final do século IX, foi instalado o Imamato Zaidita⁵. No século XV, os portugueses adentraram a Arábia, com o objetivo de estabelecerem um bloqueio sobre as rotas comerciais do Mar Vermelho. Nessa porção, da Arábia havia um grande fluxo de comércio de especiarias, e, em decorrência disso, os portugueses tomaram Áden, no ano de 1516, local esse que habitaram até meados de 1538. O Golfo de Áden banhado pelo Mar de Omã, ao norte do Oceano Índico como representado no Mapa 2, a seguir.

⁵ Os zaiditas constituem uma cisão antiga do xiismo. Atualmente, são majoritários apenas no norte do Iêmen, sendo minoritários no restante do país, cuja população é predominantemente sunita (EDITORA ON LINE, 2016).

Mapa 2 – Localização do Golfo de Áden



Fonte: Piratas... (2008). n.p.

Após a invasão dos portugueses, no século XV, houve mais ocupações, a exemplo dos mamelucos egípcios e os turcos-otomanos, que tomaram algumas porções de terra, ao longo da costa do Mar Vermelho, ao mesmo tempo em que o centro e a costa sul da região permaneciam independentes, sob os cuidados do Imã. Os ingleses, por sua vez, instauraram postos da Companhia das Índias Orientais, em portos do sul do território, em meio ao século XVII. Ao final deste século, os turcos-otomanos foram expulsos, pelos seguidores do Imã, os zaiditas (MACHRY, 2016).

No século XVIII, deu-se início a alguns conflitos internos, na região, e combates de tribos inimigas provocaram uma divisão do território iemenita. Após algumas divisões, já no século XIX, o líder egípcio da época, Mehemet Ali, e seus seguidores tomaram a porção norte da região, ao passo que os ingleses se estabeleceram ao sudoeste, mantendo o controle sobre o Golfo de Áden. Os ingleses tornaram a região do Golfo um dos seus protetorados⁶, e posteriormente uma colônia (MACHRY, 2016).

Ainda no século XIX, a porção norte, que estava sendo controlada pelos egípcios, foi tomada novamente pelos turcos-otomanos, os quais compartilharam o poder da região com um Imã, Yahya Hamidal Din. Ao final deste século, houve a abertura do Canal de Suez, por volta de 1870. Sob domínio turco, Áden passou a ganhar importância para o fluxo comercial local e de seus arredores, sendo o principal acesso para o Mar Vermelho. Dessa maneira, considerando-se toda a importância que a região obteve a partir das

⁶ Caracteriza-se por ser um território autônomo protegido militarmente contra ameaças de terceiros, por uma entidade forte.

ocupações de Impérios como o Otomano e o Britânico, o território passou a ser dividido entre Norte e Sul (MACHRY, 2016).

3.1 Formação Histórica do Iêmen do Sul

O então Iêmen do Sul, que permanecia sob domínio britânico, era dividido entre a Colônia de Áden, o Protetorado de Áden Ocidental e o Protetorado de Áden Oriental. Os britânicos ali estabelecidos passaram a realizar acordos de protetorado com alguns chefes das tribos do sul, chegando, em meados da década de 1930, a tomar total controle do litoral sul iemenita. A administração dessa porção era significativamente descentralizada, e as elites locais também governavam sob autorização dos britânicos (HALLIDAY, 1990; MACHRY, 2016).

Tempos depois, ao final da década de 1950, a Federação dos Emirados⁷ Árabes do Sul, com a permissão da coroa britânica, é formada pelos Emirados de Bayhan, Fadhli, Awlaqi, Dhala e Yafi'i do Sul (territórios que compunham a região iemenita), passando a se chamar Federação da Arábia do Sul. Esta Federação, anos depois, oficializou a junção de dezessete Emirados da região, e iniciou uma insurgência – denominada “Emergência de Áden” – contra as forças da coroa britânica. Esta, por sua vez, comprometeu-se a ceder o território à independência (HALLIDAY, 1990; MACHRY, 2016).

Embora a Federação tenha se expandido consideravelmente no início, as incertezas dos Emirados a respeito das intervenções britânicas foram enfraquecendo a base da entidade. Ao mesmo tempo que a Federação perdia forças, duas outras organizações procuravam alcançar sua autonomia, no país: a Frente pela Libertação do Iêmen do Sul Ocupado (FLISO) e a Frente de Libertação Nacional (FLN), estimulando uma real guerra civil. Conforme Halliday (1990, p. 9, tradução nossa):

Em junho de 1967, o Alto Comissário Britânico, Sir Humphrey Trevelyan, anunciou que estava suspendendo a proibição da FLN imposta em 1965. Ele apelou aos partidos políticos da oposição para discussões abertas com o objetivo de formar um governo interino. Nesse ponto, a política britânica continuava sendo de apoio ao Governo Federal, buscando ampliar sua base. [...] No entanto, a FLN recusou-se a iniciar negociações com as autoridades britânicas. A combinação de quatro fatores (mudanças na política colonial, desenvolvimento

⁷ Emirado refere-se a um território administrado por um Emir, ou seja, um membro da classe dominante da região.

socioeconômico, crescimento do nacionalismo árabe e a revolução de 1962 no Iêmen do Norte), levaram a uma situação em que em 1967 a Grã-Bretanha foi obrigada a entregar a autoridade para uma força guerrilheira recentemente estabelecida.

Depois de, aproximadamente, quatro anos de conflitos, a FLN torna-se, então, vencedora, amparada por um grande auxílio egípcio. Dessa forma, a República Popular do Iêmen do Sul foi declarada, a partir da união do Protetorado da Arábia do Sul e da Federação da Arábia do Sul. A nova República assume um caráter essencialmente socialista, garantindo a nacionalização de empresas do exterior, por exemplo – fato que desencadeou um grande crescimento econômico (HALLIDAY, 1990; MACHRY, 2016).

Entretanto, a administração da República sofreu uma divisão, em relação às suas políticas. Havia os nacionalistas moderados liderados por Al-Shabi, que, após algumas divergências dentro do sistema, foram depostos, e, em contrapartida, uma vertente de socialistas radicais liderados por Salim Rubayi Ali, a qual mudou o nome do país para República Democrática Popular do Iêmen. Essa alteração feita por Rubayi Ali descontentou o Iêmen do Norte, por insinuar um domínio sob ambas as regiões do país (HALLIDAY, 1990; MACHRY, 2016).

Rubayi Ali não foi acatado pela maioria, sendo executado, no ano de 1978, por um setor mais extremo da esquerda, liderado por Abdul Fattah Ismail, o qual o substituiu. Após a substituição, os setores esquerdistas mais extremos ganharam força e a FLN tornou-se o Partido Socialista Iemenita (PSI), o que gerou aproximação à União Soviética (URSS). No ano de 1980, Ismail renunciou, após sofrer com a pressão de seus oponentes e o descontentamento populacional, por suas divergências políticas, e partiu para o exílio, na Rússia (HALLIDAY, 1990; MACHRY, 2016).

Ali Nasir Muhammad tomou o poder, com o intuito de variar as relações internacionais do país, garantindo uma maior aproximação à Arábia Saudita e, até mesmo, ao Iêmen do Norte. Nasir foi um dos fundadores da FLN, e, entre os anos de 1980 e 1986, Secretário-Geral do Partido Socialista Iemenita. Após sua posse, adotou uma postura menos intervencionista, em relação aos seus vizinhos, principalmente Omã. No seu último ano de mandato, em 1986, houve um grande conflito, entre os aliados de Nasir e os seguidores de Ismail, o qual retornou de Moscou (AL-ARASHI, 2012; MACHRY, 2016).

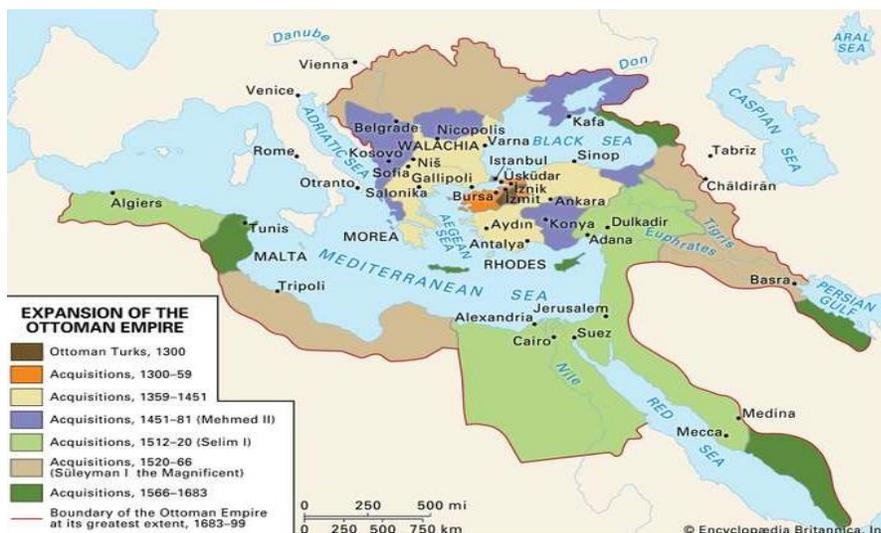
Os resultados desse conflito foram a morte de Ismail e a queda de Nasir. Centenas de seguidores de Nasir, e o próprio ex-Presidente, fugiram para o Iêmen do Norte. Após a deposição de Nasir, Haidar Abu Bakr al-Attas é nomeado Primeiro-Ministro do Iêmen, pelo então Presidente, Ali Abdullah Saleh, quando a República Democrática Popular do Iêmen e a República Árabe do Iêmen unem-se, no ano de 1990. Anteriormente, embora houvesse inúmeras diferenças políticas e ideológicas, entre o Iêmen do Norte e o Iêmen do Sul e seus governos, no ano de 1972, ambos assinaram um acordo que antevia a reunificação dos territórios. Esse acordo foi boicotado, por influência da Arábia Saudita, que já sofria com persuasões dos interesses estadunidenses (HALLIDAY, 1990; MACHRY, 2016).

As ligações entre Estados Unidos da América (EUA) e Arábia Saudita foram cautelosamente construídas, em razão de suas divergências culturais, principalmente. Essas ligações contam com apoio mútuo, em setores como educação e tecnologia militar. Em um contexto de Segunda Guerra Mundial, o petróleo saudita passou a ter grande importância para os estadunidenses. A partir das conexões estabelecidas, nesse período, muitos países vizinhos começaram a considerar que a Arábia Saudita estava sendo utilizada como “disfarce” para o intervencionismo dos EUA (MACHRY, 2016; RIEDEL, 2018).

3.2 Formação Histórica do Iêmen do Norte

O que hoje se conhece por Iêmen do Norte, antigamente foi território de domínio do Império Otomano. De maneira semelhante à ocupação britânica no Iêmen do Sul, os turcos-otomanos buscavam alianças com as elites locais, com o objetivo de promoverem sua expansão. Um exemplo de aliança foi a realizada com o Imã zaidita Yahya Hamidal Din, o qual acreditava na importância de manter relações com os dominadores, uma vez que estes garantiam a segurança e a proteção de seu território contra a invasão britânica (MACHRY, 2016).

Mapa 3 – Expansão do Império Otomano



Fonte: Shaw e Yapp (2019, n.p.).

Logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano encontrou-se muito enfraquecido. Assim, o povo iemenita que ali residia alcançou sua independência e constituiu seu Estado. O recém-formado Estado independente teve como seu primeiro líder o Imã Iáia Ibne Huceine. Considerado com maior poder a nível político e religioso, Huceine governou entre os anos de 1918 a 1948, e teve seu Reino legitimado pelos britânicos, até o ano de 1925 (MACHRY, 2016).

O regime do Imamato zaidita permaneceu na região por aproximadamente sessenta anos. Dentro deste período, o regime se expandiu para áreas não acordadas entre os turcos-otomanos e os britânicos, no início do século XX. O aumento da área de atuação zaidita ultrapassou áreas chafeítas⁸. Os desejos de expansão do regime atingiam, também, áreas sob posse da Arábia Saudita. Ao tentar dominar um território saudita, em 1934, os iemenitas do Norte falharam. Após o conflito, os dois Estados entraram em comum acordo para garantirem a manutenção da região disputada (BUNTON; CLEVELAND, 2009; MACHRY, 2016).

Os chafeítas, dominados e subordinados ao regime zaidita, encontraram-se em profundo descontentamento, e sua insatisfação levou à migração para a região leste do

⁸ Os sunitas subdividem-se em quatro grupos: hanafitas, malequitas, chafeítas e hambanitas, logo, os chafeítas são uma subdivisão dos sunitas.

território, onde estavam os britânicos. A maior porção de chafeítas que migrou para o domínio britânico reconhecia que a região oferecia grandes oportunidades econômicas, envolvendo a economia agrícola local e sua localização, em relação ao fluxo marítimo de mercadorias. A chegada dos chafeítas, ao Iêmen do Sul, fortaleceu a rejeição dos sulistas ao Imamato zaidita. A partir desse período, o sentimento nacionalista do povo iemenita começou a se propagar (BUNTON; CLEVELAND, 2009; MACHRY, 2016).

Em 1960, acentuou-se a inconstância entre os dois territórios iemenitas, com a morte do então Imã, Ahmad Muhammad, e a tomada de poder de Muhammad Al-Badr, seu filho. Al-Badr foi o terceiro e último Imã a liderar o Reino do Iêmen do Norte. Em 1962, com o apoio do Presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, houve um golpe de Estado executado por algumas associações das Forças Armadas. Com este golpe, é declarada a República Árabe do Iêmen, liderada, pela primeira vez no território, por um Presidente, Abdullah as-Sallal (BUNTON; CLEVELAND, 2009; MACHRY, 2016).

Com a instauração de um regime presidencialista, apareceram muitos opositores. Esse regime era apoiado pelo Egito. Já os seus contrários eram a Arábia Saudita, a Jordânia e o Reino Unido. Os opositores ao regime receavam a expansão do Egito e sua possível influência na região. Com a interferência de nações estrangeiras, o ambiente regido por Sallal foi tornando-se hostil o suficiente para eclodir em uma guerra civil. Assim,

[...] Enquanto o regime de Abdullah as-Sallal recebeu assistência militar de Nasser, o norte foi auxiliado pelo governo saudita. A intervenção egípcia foi direta e substancial, em 1966, as forças egípcias no Iêmen chegavam a quase 70.000, e em várias ocasiões a Força Aérea egípcia bombardeou cidades fronteiriças sauditas. O Rei Saudita, Faysal, recusou-se a comprometer as tropas sauditas ao conflito por medo de serem derrotadas, e portanto, a ajuda estava limitada a fornecer subsídios e armas (CLEVELAND; BUNTON, 2009, p. 455, tradução nossa).

Os custos de manterem-se no conflito foram aumentando, e os países envolvidos neste foram se deparando com grandes dificuldades, tanto políticas quanto econômicas. O Presidente egípcio, em 1967, iniciou uma negociação com a Arábia Saudita para a realização de um cessar-fogo, e, conseqüentemente, partida do Iêmen. Após três anos, com a saída de ambos do território, instaura-se um governo republicano. Mesmo com o fim do conflito, a instabilidade política manteve-se na região, resultando em períodos

curtos e ineficientes de governos. Em 1978, esta instabilidade é freada com a elevação ao poder de Ali Abdullah Saleh (BUNTON; CLEVELAND, 2009; MACHRY, 2016).

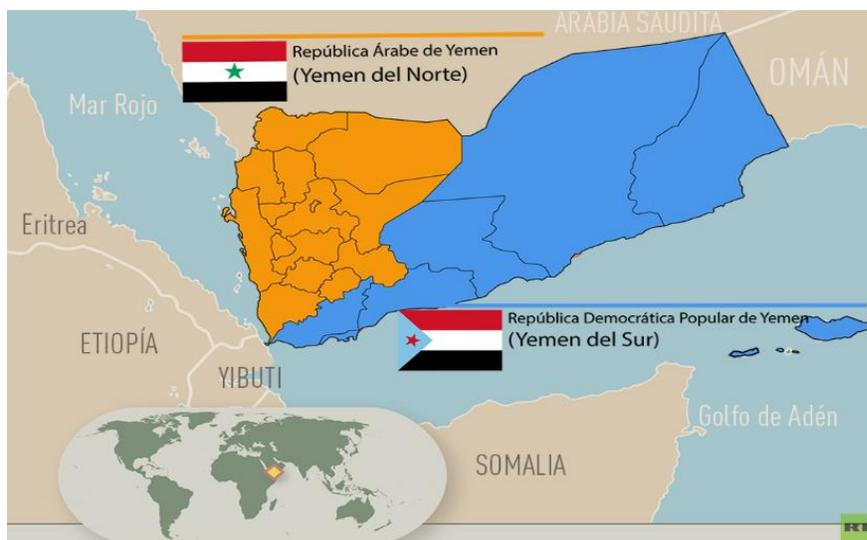
Saleh era ágil politicamente, e soube negociar a conciliação com os mais variados grupos políticos da região. Com sua sagacidade, foi capaz de concentrar progressivamente mais poder em sua posição, e, conseqüentemente, conter o avanço da oposição. No âmbito internacional, Saleh estreitou as relações do seu governo com a Arábia Saudita e países do Ocidente, realocando seu país como uma importante figura, na estrutura do petróleo. Quanto ao Iêmen do Sul, demonstrou grande desejo pela unificação dos dois territórios, entretanto, ainda havia fortes descrenças a serem derrubadas (BUNTON; CLEVELAND, 2009; MACHRY, 2016).

3.3 A Unificação do Iêmen

No início da década de 1990, com o término da Guerra Fria e o esgotamento da URSS, até então apoiadora do Iêmen do Sul, fortaleceu-se a ideia de unificação dos dois territórios. A debilidade da URSS, assim como a remodelação de limites ao redor do mundo, e a assistência internacional do período contribuíram para o início das negociações de unificação. Como bem explana Etheredge (2011, p. 129, tradução nossa): “Uma vez que o bloco socialista cedeu aos movimentos democráticos populares, era apenas uma questão tempo antes do regime isolado do Iêmen do Sul desmoronar” (PHILLIPS, 2008).

Apesar de o cenário internacional ser um facilitador para os próximos passos da unificação, ainda havia diversos fatores que a complicavam, como as divergências culturais de cada território e as incompatibilidades dos sistemas econômicos e políticos. Quanto ao processo formal de unificação, não havia um acordo de como ele se daria, entre os iemenitas do Norte e os iemenitas do Sul. Em relação aos ganhos de cada território com a integração, o Iêmen do Norte estava fortemente interessado nos recursos naturais (principalmente o recente potencial petrolífero descoberto na região de Hadramaut), os quais não eram facilmente encontrados no Norte. Para Saleh, a unificação possibilitaria uma posição de relevância no mercado do petróleo mundial. Já o Iêmen do Sul buscava o fim de seu insulamento geográfico e político (PHILLIPS, 2008).

Mapa 4 – Separação Iêmen do Norte e Iêmen do Sul



Fonte: Seis... (2015, n.p.).

Após longos e conturbados anos de negociação, a integração entre os dois territórios finalmente foi efetivada. Logo:

Os termos finais da unificação pediam a fusão completa dos dois Estados e a criação de um sistema político baseado na democracia multipartidária. Sanaa foi declarada a capital política, e Áden deveria ser a capital econômica. Após um período de transição de 30 meses, as eleições de uma nova legislação nacional seria realizada em novembro de 1992 (embora, em última análise, tenha sido adiada). Durante o período de transição, as duas legislações existentes se reuniram como um único órgão, e todos os outros escritórios e poderes seriam compartilhados igualmente entre os dois partidos no poder (ETHEREDGE, 2011, p. 130, tradução nossa).

Para auxiliar no processo, foi criada uma Comissão Conjunta para Organização Política Unificada, e, no ano de 1990, foi declarada a República do Iêmen. Inicialmente, um governo foi instaurado, sendo liderado pelo Presidente do Iêmen do Norte, Saleh. Como Vice-Presidente, estava Ali Salem al-Baidh, líder socialista do Iêmen do Sul, ainda um pouco descrente quanto ao processo de unificação (ETHEREDGE, 2011).

A invocação da democracia foi usada principalmente para facilitar o processo de unificação e, esperançosamente, resolver conflitos entre os líderes sobre a direção do novo Estado. [...] Nenhum dos territórios tinha uma história estabelecida de eleições eleitorais ou política democrática. Partidos políticos foram banidos e outros institucionalizados. O público estava muito otimista sobre as fundações inclusivas do novo Estado. [...] A atmosfera de intensa

desconfiança entre os líderes nos quais a unificação foi conduzida significava que, apesar das declarações e aparições iniciais de vontade democrática, a intensa rivalidade entre as partes prejudicou a tolerância e a cooperação. Serviu para fortalecer identidades regionais, tribais e sectárias tanto nos líderes quanto na própria população (PHILLIPS, 2008, p. 48, tradução nossa).

Após a união, a coalização de Saleh e Baidh decidiu apoiar o Iraque, no conflito da Guerra do Golfo⁹, logo após sua eclosão, em 1990. A Guerra deu-se militarmente entre o Iraque e uma coligação internacional liderada pelos EUA. O apoio do Iêmen ao Iraque gerou revolta por parte da Arábia Saudita, próxima dos EUA. Em decorrência da atuação do Iêmen e da revolta da Arábia Saudita, esta resolveu deportar algumas centenas de iemenitas de seu território, como retaliação (ETHEREDGE, 2011).

Com o retorno de um grande número de iemenitas – cerca de oitocentos mil – ao seu território de origem, e com a indignação da Arábia Saudita, o Iêmen entrou em um período de fragilização política, econômica e social. Uma vez que o governo saudita interrompeu o auxílio financeiro que prestava ao Iêmen, e foi seguido por outros países árabes, o Produto Interno Bruto (PIB) do Iêmen despencou, e as taxas de desemprego e inflação aumentaram drasticamente, assim como o déficit orçamentário (ETHEREDGE, 2011).

3.4 A permanência da crise e a consolidação de Saleh

A integração não foi suficiente para dissolver as divergências ideológicas das duas regiões, o que demonstrava que o recém-unificado país permanecia enfraquecido. Os representantes do Sul eram crentes de que sua história de povo progressista e ativista, quanto ao desenvolvimento de seus cidadãos, iria atrair o auxílio dos povos do Norte, o que não ocorrera, pois o Norte era dominado, em sua grande maioria, por tribos islâmicas ultraconservadoras (ETHEREDGE, 2011; HALLIDAY, 1990).

Com o objetivo de enfraquecer o Sul, Saleh passou a contatar Tariq al-Fadhil, iemenita que havia fugido para a Arábia Saudita durante o regime socialista do Iêmen do

⁹ No ano de 1990, o Iraque sob a liderança de Saddam Hussein, invadiu o Kuwait. Hussein acusava o país de roubar petróleo na fronteira, no entanto, a verdade era que o Iraque tinha uma grande dívida com o Kuwait em razão de empréstimos durante a guerra contra o Irã nos anos 1980. Hussein queria que o Kuwait perdoasse a dívida. Imediatamente, as Nações Unidas denunciaram a invasão iraquiana no Kuwait e impuseram sanções ao país (MARASCIULO, 2019).

Sul e aproximara-se de Osama bin Laden – além de outras famílias que haviam deixado o território, no mesmo período. Essas pessoas voltaram ao lêmên com o intuito de retomarem suas antigas terras, e apoiarem Saleh, contra as forças sulistas. As eleições parlamentares previstas para o ano de 1992 atrasaram, em decorrência da intensificação das fragmentações políticas dos dois territórios, agora unificados (ETHEREDGE, 2011).

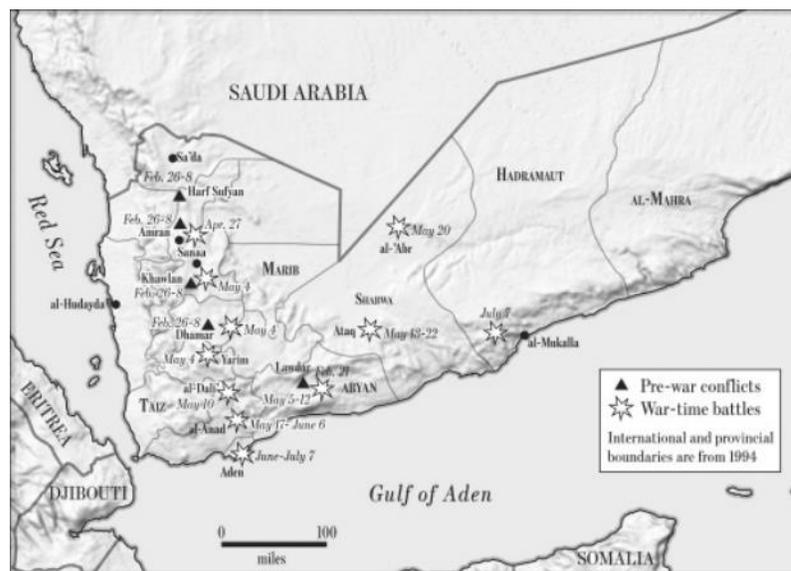
Para as eleições, destacava-se o Congresso Geral do Povo (CGP), organização política que se transformou no partido de Saleh, o já conhecido PSI, e um grupo insurgente que se opunha à unificação, o Islah. Em 1993, a eleição foi realizada, Saleh e seu Vice concorreram separadamente e, novamente, foram eleitos, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Considerando-se que cada um dos dirigentes defendia ideais distintos, o consenso entre os dois era difícil de ser alcançado. Baidh, o Vice, questionava frequentemente Saleh quanto à disparidade de poder entre o Sul e o Norte, uma vez que o Norte detinha maioria, na administração pública (ETHEREDGE, 2011).

Após a eleição, os líderes sulistas demonstraram grande descontentamento, e, com isso, deram indícios de que a região buscaria uma nova separação, por acreditarem que a divisão política estabelecida com a unificação havia sido mal estipulada. Baidh deixou a capital Sanaa e retornou ao Sul, fazendo emergir uma rebelião separatista. Com a manifestação de Baidh, surge, então, a República Democrática do lêmên, com sua capital em Áden, anunciada oficialmente através do rádio. O intuito do líder socialista não era apenas o desligamento do regime de Saleh, mas sim, criar uma opção de comando para todo o território iemenita (DAY, 2012; ETHEREDGE, 2011).

Com a ameaça de Baidh em vista, Saleh demonstra não arrefecer sua liderança perante a nova República, e, em 1994, iniciam um conflito civil. Norte e Sul divulgaram notícias contraditórias em relação aos seus oponentes, fazendo com que as duas regiões se odiassem. Essas notícias permeavam, principalmente, o âmbito religioso: o Norte afirmava estar instalando uma *jihad*¹⁰ contra os sulistas infiéis. No Mapa 5, seguem as frentes de batalha do conflito civil ocorrido em 1994.

¹⁰ Luta armada contra os reconhecidos inimigos da religião islâmica, os infiéis. Os muçulmanos têm o dever de defender sua religião, mesmo que seja preciso utilizarem a força (EDITORA ON LINE, 2016).

Mapa 5 – Frentes de batalha do conflito civil iemenita do ano de 1994



Fonte: Day (2012, p. 132).

No início de junho de 1994, o Presidente Saleh anunciou um cessar-fogo unilateral para aliviar a crescente pressão do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, onde diplomatas estrangeiros em Nova York pediram o fim dos combates. Os membros do Conselho de Segurança nunca reconheceram o novo Estado independente do Sul. Isso levou as forças do Norte a interromperem os acordos de cessar-fogo e continuarem a ofensiva. [...] As estimativas gerais dos mortos variaram entre cinco e sete mil, incluindo soldados e civis. Áden enfrentou os piores aspectos da guerra. Os militares do Norte sitiaram a cidade por mais de um mês, cortando o acesso à água e comida de uma população de quase um milhão de habitantes no calor sufocante do verão. [...] O conflito durou até julho de 1994, quando os líderes do Sul fugiram para o exílio (DAY, 2012, p. 129, 133, 134, tradução nossa).

Com um curto período de vida, a República proclamada por Bahid não foi reconhecida, no plano internacional, o que não lhe garantiu importância, e com isso, após a destruição de Áden, Saleh saiu vencedor. Com essa vitória, Saleh solidificou o seu poder no Iêmen. Entretanto, o fim desse conflito civil não resultou em uma consolidação, no âmbito político – pelo contrário, a tomada de poder do Norte reforçou o espírito separatista dos iemenitas do Sul (DAY, 2012; ETHEREDGE, 2011).

Saleh passou a interpretar as discordâncias entre o Norte e o Sul de maneira estratégica. Compreendeu que, para construir uma estrutura política efetiva para o seu regime, precisaria reestabelecer a participação sulista, em seu governo. Após o conflito civil, Saleh buscou integrar os sulistas de maneira “pacífica”. A exemplo disso, nomeou

Abdu Rabbu Mansour Hadi como Ministro da Defesa (posteriormente Hadi viria a se tornar Vice-Presidente). A nomeação de Hadi foi, na visão de Saleh, uma demonstração aos sulistas de que o período pós-guerra os integraria (DAY, 2012).

Após a unificação, a fusão das forças militares dos dois regimes foi extremamente importante. O PSI ocupava o cargo de Ministério da Defesa, mas os líderes do Norte não tinham a intenção de permitir que os sulistas ganhassem controle militar. Como resultado, as duas forças militares nunca se fundiram sob um comando unificado na prática. O Ministro sulista descobriu que os comandantes do Norte tinham o hábito de usar fundos de defesa para apoiar forças tribais irregulares nas terras altas. Ele se envolveu em disputas contínuas com os membros da família do Presidente Saleh, que ocupavam altos postos de comando no Exército do Norte (DAY, 2012, p. 130, tradução nossa).

Ao final do ano de 1994, após sua reeleição, Saleh criou uma emenda à Constituição que garantia ainda mais poder ao seu cargo. A emenda invalidou o Conselho Presidencial constituído, em 1990, por cinco homens, além da possibilidade de utilizar decretos para governar – ou seja, Saleh tornou-se detentor de poderes absolutos. A maior concentração de poder anunciada por Saleh é compreendida pela dificuldade do PSI de voltar a atuar no território, após o conflito civil. Com isso, o CGP ganhou forças, ao passo que os partidos opositores a Saleh, as organizações não-governamentais iemenitas, e, até mesmo, a mídia do lêmên, tiveram sua atuação restringida. A nomeação de representantes do Sul, no governo de Saleh, era simbólica, uma vez que as forças do Presidente prevaleciam (DAY, 2012; ETHEREDGE, 2011).

Saleh tinha como uma de suas fortalezas a ligação com as tribos do Norte. A cultura tribal já não era mais encontrada no Sul, pois havia sido extinta, no período em que foi proclamada a República Democrática Popular do lêmên. A maior parte das receitas dos impostos arrecadados pelo governo eram direcionadas aos líderes das tribos leais a Saleh. Conforme os escritos de Dresch (1989), o tribalismo poderia, em determinados momentos, moderar o comportamento do governo e de suas Forças Armadas – uma vez que houvesse a exacerbação da violência por parte do Presidente, o poder das tribos seria usado contra ele (DAY, 2012; DRESCH, 1989).

Quanto à economia iemenita, a crise que havia se instalado, antes mesmo da unificação do país, permanecia crescendo, e sua intensificação deveu-se a dois principais aspectos: o lêmên continuava não recebendo o auxílio estrangeiro, e a corrupção dentro do governo de Saleh só aumentava, posto que os aliados do Presidente ficavam cada

vez mais ricos, e a população, cada vez mais pobre. Ainda em 1994, houve o registro da queda do PIB iemenita: mais de um bilhão de dólares a menos. Além disso, as taxas de desemprego e inflação aumentavam, e, com isso, o então Primeiro-Ministro do Iêmen, Abdul Aziz Ghani, decidiu buscar apoio com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, para a realização de empréstimos e o reestabelecimento da moeda iemenita (DAY, 2012; YEMEN..., 2016).

Ghani obteve o auxílio que buscava, e o implementou em etapas. A primeira etapa mostrou-se eficiente, e o setor do comércio foi reformado, além de a política monetária do país também sofrer algumas mudanças. As etapas seguintes, gerenciadas por Ghani, já não foram tão eficientes quanto se esperava. Buscou-se lidar com a estrutura econômica do país, no tocante à corrupção e à insuficiência administrativa do atual governo, o que não gerou bons resultados (DAY, 2012; ETHEREDGE, 2011).

Em 1997, houve eleições, no país, e, novamente, os membros do CGP foram majoritariamente eleitos. O PSI não obteve lugar no Parlamento, em razão de sua recusa inicial de participar da eleição, e de sua tentativa de boicote a esta. O CGP de Saleh tornou-se o detentor de todos os poderes, e o Islah veio a ser o principal opositor do CGP. Este, então, passou a controlar integralmente a mídia, as receitas do governo, e, até mesmo, o Supremo Comitê Eleitoral, fazendo com que o processo eleitoral se tornasse duvidoso. Assim, de maneira crescente, o Estado servia apenas para enriquecer os aliados de Saleh (DAY, 2012; ETHEREDGE, 2011).

A população continuava lutando para sobreviver, no cenário caótico que se instalava gradativamente. As investidas, por parte dos cidadãos, com o objetivo de manifestarem sua insatisfação e protestarem por melhores condições de vida, eram rapidamente reprimidas por Saleh, que acreditava que, quanto mais o território iemenita se dividisse, mais regiões se tornariam dependentes do seu regime. Isso ficou claro quando, em 1998, Saleh tentou dividir a região de Hadramaut em porções administrativas distintas, o que causou grande insatisfação. Apesar de desistir da divisão, Saleh agiu novamente para aumentar o seu poder, em 1999, quando criou outra emenda. Dessa vez, alterou a extensão do seu mandato para sete anos (DAY, 2012).

Por mais que não houvesse uma estrutura política concisa que atuasse em prol do desenvolvimento do país, identificou-se a emergência em obter apoio estrangeiro. Os

objetivos da política externa de Saleh voltavam-se à vizinha Arábia Saudita e às demais monarquias árabes do petróleo. Buscou-se, então, estabelecer relações lucrativas com esses países, por meio de investimentos e empréstimos, além da possibilidade da geração de empregos para cidadãos iemenitas. Com a Arábia Saudita, havia ainda o conflito da delimitação de fronteiras, que entrou em discussão, novamente, no ano de 2000, com o estabelecimento de fronteiras que potencializariam as relações dos dois países, na forma de financiamento ao governo de Saleh (DAY, 2012; ETHEREDGE, 2011).

3.5 A insurgência dos Houthis e demais grupos rebeldes no Iêmen

Além do vínculo estabelecido com a Arábia Saudita, outro país foi mostrando-se de grande valia para o Iêmen: os Estados Unidos da América. A conexão entre os dois deu-se a partir de um acontecimento em 2000, quando um navio militar estadunidense foi bombardeado, no porto de Áden, pela Al-Qaeda. O ataque da Al-Qaeda contra o navio foi possibilitado em decorrência de um acordo feito entre o Iêmen e os EUA, com o objetivo de tornar Áden uma estação de abastecimento para as embarcações estadunidenses. A aproximação entre os dois ocorreu mesmo após a decisão do Iêmen de não entrar na Guerra do Golfo, como aliado dos EUA (DAY, 2012; PHILLIPS, 2008).

A Al-Qaeda, por sua vez, é uma organização fundamentalista islâmica terrorista criada por Osama Bin Laden, no Afeganistão, por volta da década de 1980. Tem como seu principal objetivo o combate à influência ocidental nos países islâmicos. Os seguidores da organização buscam a implementação da *Sharia*, o código moral islâmico, interpretado de maneira extrema, pela organização. A atuação do grupo se dá de duas formas: por meio de atentados terroristas, a maioria deles em países ocidentais (os ataques em países não ocidentais têm aumentado fortemente, com o passar dos anos); e via intervenções armadas, em regiões mais específicas – as chamadas *jihads*, ou guerras realizadas contra locais anti-islâmicos (DAY, 2012; PHILLIPS, 2008).

O início da Al-Qaeda contou com o auxílio financeiro, militar e estratégico dos EUA, uma vez que a organização lutava para combater a influência da União Soviética no Afeganistão. Esse cenário mudou, na década de 1990, quando os EUA instalaram bases

militares na Península Arábica, com o objetivo de atacarem o Iraque, enquanto este invadia o Kuwait (Guerra do Golfo). A partir dessa ação, os EUA tornaram-se inimigos declarados de Osama Bin Laden.

O mais importante exemplo de atentado, que se tornou um marco na história, foi o grande ataque de 11 de setembro de 2001, ao *World Trade Center*, em Nova Iorque. A partir dele, os EUA iniciaram a chamada Guerra ao Terror. Logo depois do ataque ao navio estadunidense, no porto de Áden (2000), os EUA começaram a perceber os riscos da presença da Al-Qaeda, no território iemenita. O ataque ocorreu praticamente na mesma época que outros dois acontecimentos: as ofensivas realizadas contra as embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia (DAY, 2012; PHILLIPS, 2008).

A contar da unificação do Iêmen, cidadãos iemenitas que perderam suas terras na época, e fugiram para os países vizinhos, estavam voltando, aos poucos, para o seu país de origem, sob a proteção de Saleh, como já explanado no Subcapítulo 3.4, intitulado “A permanência da crise e a consolidação de Saleh”. Muitos deles haviam tido contato com organizações terroristas como a Al-Qaeda. No conflito civil de 1992 e 1993, essas pessoas que estavam retornando ao país auxiliaram o Norte de Saleh. Como retribuição pelo auxílio, o Presidente garantiu que grandes cargos fossem dados a eles, principalmente no CGP.

A Guerra ao Terror instaurada pelos EUA buscou apoio no Iêmen, e George W. Bush solicitou a Saleh sua cooperação. Saleh visitou Bush, para demonstrar que o apoiaria, mas a cooperação seria totalmente secreta, em virtude do sentimento anti-estadunidense presente no Iêmen. Os iemenitas mostravam-se contrários a qualquer interação com os EUA, em decorrência do apoio estadunidense ao Estado de Israel, uma vez que são contra este último. Além do mais, Saleh mantinha, em seu governo, membros da Al-Qaeda que faziam parte das decisões estratégicas do seu regime. Sobre a presença da organização, em seu governo, Saleh jamais havia deixado explícito a Bush (DAY, 2012; ETHEREDGE, 2011; PHILLIPS, 2008).

Um ataque em específico estremeceu o vínculo iemenita com os EUA. No ano de 2002, veículos aéreos não tripulados atacaram um automóvel em Marib, no Norte, o qual estava um líder da Al-Qaeda supostamente responsável pelo ataque ao navio em Áden (2000). Saleh assumiu a responsabilidade do ataque, e Bush também, o que fez com que

a população iemenita reagisse negativamente às declarações contraditórias dadas pelos dois. A partir dessa fragilização, um novo contexto político surge, com base no enfraquecimento de Saleh: o *Joint Meeting Parties* (JMP). O JMP é a junção de partidos opositores ao governo de Saleh, como: o PSI, o Islah, o Partido Nasserista, o Baath¹¹, e dois pequenos partidos zaiditas, a União das Forças Populares e o Hizb al-Haqq (DAY, 2012; DURAC, 2011; ETHEREDGE, 2011; PHILLIPS, 2008).

Apesar de o JMP visar a integração entre os partidos, com o objetivo de enfraquecer Saleh, as divergências ideológicas entre os integrantes da nova frente política acabaram por exauri-lo. O desagrado da população iemenita aumentou ainda mais quando o Banco Mundial encerrou o auxílio que vinha prestando ao país. Com base nesse contexto, foram surgindo manifestações contra o regime de Saleh – a primeira delas, mais significativamente, deu-se na região de Saada (DAY, 2012; ETHEREDGE, 2011; PHILLIPS, 2008).

Essa primeira revolta teve como principal expoente Hussein al-Houthi, filho de um importante religioso zaidita de Saada. Os iemenitas que se uniram a al-Houthi já haviam se envolvido em uma outra moção de cunho religioso, anteriormente, denominada “Fórum da Juventude Crente”. Após a aproximação de Saleh aos EUA, nos anos 2000, esse movimento religioso alterou o seu nome para Ansar Allah, ou “Partidários de Deus”, uma vez que o seu objetivo (buscar implementar novamente o Imamato zaidita no país) havia ganhado outro foco: a objeção ao regime de Saleh (DAY, 2012; ETHEREDGE, 2011; PHILLIPS, 2008).

O grupo reunido por al-Houthi ganhou notoriedade quando, no ano de 2002, os seus seguidores saíram gritando, das mesquitas: “Morte à América! Morte a Israel! Deus é grande!”. Após a morte de al-Houthi, em 2004, depois de um confronto com as forças de Saleh, o grupo passou a ser conhecido como os Houthis. Entre os anos de 2004 e 2010, mais de seis embates ocorreram entre o grupo e as forças de Saleh, ficando esse período conhecido como as Guerras Houthis (DAY, 2012; ETHEREDGE, 2011; PHILLIPS, 2008).

Além da criação e atuação de grupos rebeldes no país, a economia encontrava-se fragilizada. Tentativas de aumento de impostos para arrecadação do governo geravam

¹¹ Partido Social Árabe criado na Síria por volta da década de 1940 por Michel Aflaq, Salah ad-Din al-Bitar e Zaki al-Arsuzi. Este Partido é caracterizado por ser uma junção do nacionalismo árabe, anti-imperialismo e socialismo árabe.

fortes protestos por parte da população. Saleh reagia às manifestações de forma brutal, receoso do avanço Houthi no país. No ano de 2006, houve outra eleição presidencial, e o JMP buscou novamente contrapor-se a Saleh, apresentando um oponente ao Presidente, Faisal Bin Shamlan, antigo Ministro do Petróleo e Recursos Minerais do Iêmen recém-unificado. Shamlan foi extremamente bombardeado, através da mídia controlada por Saleh, que divulgou inúmeras informações falsas a respeito do oponente, afirmando que este tinha envolvimento direto com Bin Laden e com o Talibã de Mohammed Omar (DAY, 2012; PHILLIPS, 2008).

Por um breve período, parecia que os iemenitas finalmente teriam uma corrida eleitoral genuinamente competitiva, semelhante à primeira eleição parlamentar em 1993. Em uma manifestação ao ar livre em Amran, duas semanas antes da eleição, Hamid al-Ahmar, filho de um bem-sucedido empresário do partido Islah, fez uma introdução empolgante para Bin Shamlan diante de uma grande audiência. A multidão respondeu com tanta exuberância que a demonstração de apoio assustou Saleh, o qual levantou abertamente a questão da violência nas ruas se Bin Shamlan vencesse. Dias após a manifestação de Amran, o Presidente Saleh recorreu a todos os meios possíveis para garantir o sucesso de sua candidatura (DAY, 2012, p. 221, tradução nossa).

O Talibã ¹² é considerado, assim como a Al-Qaeda, uma organização fundamentalista islâmica responsável por diversos atentados terroristas. Com a imposição do medo, através de falsas notícias sobre o vínculo de Shamlan com o Talibã (encobrendo a ligação que ele mesmo mantinha com o grupo), e adquirindo votos com base na coerção, Saleh ganhou a eleição, mais uma vez. Além de suas trapaças para se manter no poder, Saleh ainda contava com o controle que o seu partido conservava sobre o Comitê Eleitoral. Com a vitória de Saleh, as dúvidas quanto à legitimidade do Presidente, de seu regime e da própria instituição estatal iemenita aumentavam progressivamente (DAY, 2012; PHILLIPS, 2008).

Com a validade do Estado iemenita em jogo, surge o então chamado al-Hirak, em 2007, ou “O Movimento”. O al-Hirak foi concebido pelos opositores de Saleh, do Sul do país. O grupo contemporâneo à atuação dos Houthis prezava por manifestações pacíficas e sem a utilização de armas. Os protestos mais conhecidos realizados pelo al-

¹² Surgiu na década de 1990 no Paquistão e no Afeganistão. Mohammed Omar foi o líder da organização e Chefe de Estado do Afeganistão por cinco anos. O movimento de Omar prometeu governar pacificamente a região do Afeganistão logo após a saída da União Soviética do país. Uma vez no poder, o Talibã impôs a *Sharia*, retirando os direitos fundamentais das pessoas (DAY, 2012; PHILLIPS, 2008).

Hirak ocorreram em 2008 e 2009. No princípio de suas manifestações, o grupo foi parcialmente atendido pelo Presidente Saleh, quando argumentaram que havia desigualdade entre o Norte e o Sul, nas questões relativas a oferta de empregos. Entretanto, em um contexto mais amplo, as reivindicações dos manifestantes eram respondidas com forte repressão, pelo governo (DAY, 2012; PHILLIPS, 2008).

Com as respostas agressivas por parte de Saleh, os representantes do al-Hirak passaram a sustentar intensamente a ideia de secessão, sendo denominados componentes do “Movimento Separatista do Sul”. Esse movimento tornou-se não só um obstáculo ao governo, mas uma potencial ameaça ao desfazimento do Estado iemenita. Além dos protestos realizados no ano de 2009, por grupos do Norte e do Sul do país, descontente com o regime de Saleh, a Al-Qaeda firmou-se no Iêmen, por meio de uma base denominada “Al-Qaeda na Península Arábica” (AQPA) (DAY, 2012; PHILLIPS, 2008).

Assim como Saleh, Bush, nos EUA, também afirmava que a Guerra ao Terror estava surtindo efeitos no Iêmen, fato contestado com o estabelecimento da organização terrorista no país. A AQPA rapidamente reuniu um grande número de adeptos, principalmente pela oposição aos EUA (DAY, 2012; PHILLIPS, 2008). Assim:

Vários elementos da oposição política certamente tinham motivos para pensar que o Presidente Saleh poderia ser derrubado. As pessoas em Áden, Hadramaut e muitas outras áreas previram uma revolta popular como a da década de 1960, quando os britânicos foram expulsos, o último Imã foi deposto e todos os iemenitas adotaram uma visão de mudança política. Mas se o regime de Saleh fosse removido de Sanaa, não era certo que o Iêmen continuaria sendo um Estado unido. Havia tantas partes rebeldes no país que parecia improvável que todas as forças pudessem ser impedidas de destruir o país (DAY, 2012, p. 253, tradução nossa).

A instituição estatal iemenita passou a ser mais contestada ainda, na virada de década do século XXI. Os estudiosos questionavam se o Iêmen iria se manter unificado caso Saleh saísse, ou fosse retirado do poder, uma vez que o número de opositores ao seu regime só crescia. Além da permanência de Saleh, havia a dúvida também quanto à identificação do Iêmen como um verdadeiro Estado. Além da forte atuação da Al-Qaeda, havia também os grupos rebeldes, tanto do Norte (os Houthis) como do Sul (Movimento Separatista do Sul). Grupos estes que recorreram, muitas vezes, às Nações Unidas e aos países árabes vizinhos, em busca de apoio contra Saleh (DAY, 2012).

O apoio estrangeiro aos movimentos separatistas era praticamente impossível de ser alcançado, uma vez que, com a presença da Al-Qaeda, no país, os países vizinhos temiam a atuação do grupo, em seus próprios territórios, como reação. Além disso, havia, ainda, a questão da corrupção presente entre os diversos setores iemenitas. O auxílio financeiro seria dificilmente distribuído e alocado de forma correta por quem o recebesse, sem a intenção real de resolução dos conflitos (DAY, 2012).

Na primeira semana de novembro de 2009, um escritor sírio do jornal *al-Quds al-Arabi* escreveu um ensaio intitulado "O Iêmen ainda é um Estado?". Essa questão pesou muito na mente de muitos líderes árabes. As autoridades sauditas ficaram particularmente preocupadas em agosto de 2009, quando um terrorista da AQAP quase assassinou o Vice-Ministro do Interior, o príncipe Muhammad bin Nayef bin Abd al-Aziz. Mais tarde, quando o conflito com os rebeldes Houthis se espalhou pela fronteira norte, o Exército e a Força Aérea saudita se envolveram nos combates. [...] Na primeira semana de outubro, o chefe da Liga Árabe¹³, viajou à Sanaa para uma reunião com o Presidente do Iêmen. Durante sua visita, milhares de ativistas do *al-Hirak* invadiram as ruas agitando a velha bandeira do Sul do Iêmen. As multidões queriam que a Liga Árabe e as Nações Unidas apoiassem a independência do Sul, mas o Presidente egípcio Husni Mubarak e outros Chefes de Estado árabes apoiavam um Iêmen unido, temendo as consequências para toda a região se a unidade iemenita falhasse (DAY, 2012, p. 253, tradução nossa).

3.6 A Primavera Árabe

Depois de ver seu negócio sendo confiscado, após recusar-se a pagar mais propinas à polícia, o feirante tunisiano Mohamed Bouazizi entrou em desespero, e ateou fogo em si mesmo, em forma de protesto, no dia 17 de dezembro de 2010. Após sua morte, no dia 4 de janeiro de 2011, instaurou-se um verdadeiro levante no Oriente Médio e Norte da África. Bouazizi era apenas um entre os mais de três milhões de desempregados (somente na Tunísia) (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

¹³ A Liga dos Estados Árabes trata-se de uma organização com sede no Cairo, capital do Egito. A Liga Árabe como é comumente conhecida é composta pelos países árabes localizados na Península Arábica e no Norte da África. Oficialmente fundada no ano de 1945 tem como principal objetivo a promoção da integração entre os países árabes, assim como a defesa dos seus interesses frente às intervenções estrangeiras. A Liga tem como objetivo o reforço das relações entre os Estados-membros, a coordenação de suas políticas, visando atingir cooperação entre eles, e de salvaguarda de sua independência e soberania; e um foco generalizada a assuntos e interesses dos países árabes (BARAKAT, 2010).

Os protestos foram caracterizados pela busca de qualidade de vida, direitos, democracia e liberdades individuais. Essas aspirações, combinadas ao desejo e à necessidade de desmantelar regimes ditatoriais em seus países, culminou no que se chama atualmente de Primavera Árabe. A questão central dos protestos era o alcance da democracia. Três semanas após o início das manifestações, o ditador tunisiano Zine El Abidine Ben Ali renunciou ao seu cargo, após 23 anos de regime. Ben Ali havia sido acusado de corrupção e tráfico de drogas. Com sua renúncia, fugiu para o exterior (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

Após os levantes na Tunísia, era a vez do Egito de exigir, além de tudo, democracia. Hosni Mubarak foi deposto, após exercer o papel de líder egípcio por 30 anos. Seu período como Presidente foi marcado pela corrupção e ações hostis. As manifestações no Egito duraram cerca de um mês, e foram intensificadas devido à interconectividade dos manifestantes. Através da internet, os manifestantes desafiaram as Forças Nacionais egípcias, e estabeleceram-se na praça principal da capital Cairo (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

As manifestações dos civis conjuntamente às reações dos militares levaram à morte de mais de 800 egípcios, e mais de 6000 pessoas ficaram feridas. As ditaduras árabes utilizaram, na maioria das vezes, o pretexto do inimigo externo para corroborarem seu poder sob seus cidadãos e legitimarem sua atuação perante todos. A imposição do medo e da insegurança sob as pessoas fez com que estes países levassem décadas para reagirem contra os regimes ditatoriais que assolaram seus territórios (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

O então Presidente egípcio, antes de sua deposição, apostou em uma tentativa de prolongar seu mandato, propondo, aos cidadãos, uma flexibilidade de seu regime, o que não surtiu efeito. As pessoas estavam exaustas da condição de pobreza e desemprego, que viviam há anos, além da impossibilidade de escolherem seus governantes e o enriquecimento ilegítimo dos participantes do regime ditatorial, incluindo Mubarak e seus filhos (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

O Egito é o país mais populoso do Norte da África, com 30% de sua população desempregada, além de altas taxas de analfabetismo. Com a renúncia de Mubarak, o poder egípcio foi transferido para uma Junta Militar, que, assim como na Tunísia, assumiu

o dever de criar uma abertura à democracia e aos direitos do povo egípcio, de maneira pacífica. Ao passo que Egito e Tunísia alcançaram a deposição de seus ditadores, outras regiões tiveram grandes dificuldades para alcançarem o mesmo (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

Na Líbia, por exemplo, os protestos contra o ditador Muammar al-Kaddafi transformaram-se em um descomunal conflito civil com o envolvimento de países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália, além de outros países europeus. O conflito deu-se entre rebeldes que buscavam a deposição de Kadafi e as Forças Armadas do Exército. No poder há mais de 40 anos, e frente ao conflito que havia se instalado em seu país, Kadafi ainda assim mostrou-se resistente em deixar o comando (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

Ao dar-se conta da dimensão do conflito, Kadafi recrutou mercenários para atuarem em países vizinhos da Líbia. Assim, o ditador lançou uma forte ofensiva contra os rebeldes, o que os levou a recuar. Depois de muitos dias de conflito, os rebeldes líbios retornaram ao seu quartel general, obtendo apoio de potências ocidentais representadas pela ONU. A intervenção foi realizada através da Organização do Atlântico Norte, a OTAN, que conta com membros como os EUA e a Inglaterra (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

Inicialmente, a OTAN impôs uma zona de isolamento aéreo sobre a Líbia, autorizada pela ONU, o que impedia os aviões de Kadafi de levantarem voo, visando a proteção dos civis líbios. As bombas lançadas pelos aviões da aliança atingiram demasiadas vezes os possíveis esconderijos do ditador. Após foragir-se por alguns dias, Kadafi surgiu na rede de televisão da Líbia, cumprimentando seus apoiadores, demonstrando não estar abatido pelas investidas ocidentais. Em junho de 2011, o Tribunal Penal Internacional de Haia, na Holanda, acusou Kadafi de crime contra a humanidade, em razão dos bombardeios contra áreas civis, e solicitou a prisão do ditador (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

A Síria foi uma das últimas regiões a passarem pelos levantes populares da Primavera Árabe. O governo sírio reagiu de forma violenta aos protestos realizados pelos civis. A reação do governo para com os cidadãos foi brutal, e os desejos destes passaram

longe de serem atendidos. O regime de Bashar al-Assad (seguidor do Alauísmo xiita)¹⁴ não poupou vidas para combater as manifestações. Assad é Presidente da Síria desde 2000, sendo o sucessor de seu pai, Hafez al-Assad, que governou o país por trinta anos, antes de sua morte.

O país conquistou sua independência da França apenas no ano de 1946, ao contrário de outros países árabes que, em algum momento de sua história, conheceram a democracia. Assad é conhecido por seu regime ditatorial, uma vez que já recebeu a desaprovação internacional de outros governantes, além da imprensa (principalmente ocidental) e de ativistas dos direitos humanos, por seu comportamento violador. Para justificar a repressão das manifestações populares, o regime de Assad afirmou que os protestos caracterizavam uma rebelião armada, o que permitia a atuação do Exército Nacional. As reações de Assad desencadearam uma onda de renúncias, por parte dos soldados sírios, levando a formação de exércitos rebeldes (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

A Síria vê-se aliada ao Hezbollah, ou “Partido de Deus”, organização paramilitar islâmica xiita de origem libanesa, apoiada pelo Irã, que defende a derrubada de Israel. Além do Hezbollah, há ainda a grande presença do Estado Islâmico. O termo Daesh, para se referir ao grupo, também ganhou espaço, nos últimos anos. Essa sigla, em árabe, é formada pelas iniciais do seu antigo nome, Estado Islâmico do Iraque e da Síria ou do Levante (referente às siglas em inglês ISIS ou ISIL) (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

Por muito tempo, esse grupo terrorista sunita foi a principal força de oposição ao regime sírio. Pregam uma segmentação ultraconservadora do Islamismo, o Wahabismo, reconhecido por ser uma vertente do Salafismo sunita. O Salafismo, por sua vez, caracteriza-se como um ensaio em busca da revigoração de uma religião ideal e liberta de ingerências do mundo moderno. O apoio de potências estrangeiras aos protestos populares, ou aos regimes ditatoriais do mundo árabe, baseou-se nas divergências de interesses econômicos e geopolíticos das regiões, principalmente o interesse na exploração e distribuição das reservas petrolíferas existentes nesses territórios. Assim,

¹⁴ Os alauitas constituem um pequeno grupo étnico-religioso do Oriente Médio. Estão presentes na Síria em números não expressivos. Apesar de poucos, dominam as estruturas políticas sírias.

permanece a disputa histórica a nível mundial de dois grandes blocos: os interesses dos Estados Unidos e da União Europeia, e, por outro lado, os interesses da Rússia e da China, mais recentemente (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

A localização da Síria geopoliticamente é de grande valia para as potências, uma vez que esta é uma saída para o Mar Mediterrâneo, não possuindo expressivas reservas de petróleo. Os rebeldes que atuam contra o regime de Assad são, em grande parte, apoiados por alguns países-membros da OTAN, ao passo que o governo sírio é historicamente sustentado pela Rússia e pelo Irã. A utilização de armas químicas previamente proibidas por convenções internacionais é uma das alegações dos EUA para atacarem militarmente o território sírio. Os bombardeios já atingiram milhares de civis, que imigram para países vizinhos, buscando asilo, gerando uma grande onda de refugiados, ao redor do mundo. A Guerra Civil instalada no país já dura anos, sem o triunfo de algum dos lados, mas cada vez mais próxima da vitória de Assad (THIEL, 2012; YOSSEF; CERAMI, 2015).

No Iêmen, a Primavera Árabe também chegou. Os protestos facilitaram a entrada do Iêmen, em uma situação ainda mais caótica, visto que, para a concretização de um conflito entre as partes (governo e grupos rebeldes separatistas, principalmente), só necessitava haver uma integração dos opositores e ações conjuntas destes. As manifestações, no Iêmen, iniciaram oficialmente no dia 15 de janeiro de 2011, com a participação de estudantes das cidades de Taiz e Sanaa. Inicialmente, com receio de ser retirado do poder, assim como Mubarak e Ben Ali, Saleh propôs algumas mudanças, como a diminuição de impostos, aumento dos salários do funcionalismo público, além de alterações no pagamento de taxas para estudantes das universidades iemenitas (KASINOF, 2012; ZIMMERMAN, 2014).

Saleh, que estava no poder desde 1978 (um dos líderes árabes há mais tempo no poder, ficando atrás apenas de Kadaffi, na Líbia), sugeriu a sua permanência pelo menos até o final do seu mandato, que iria até o ano de 2013, e, ainda, prometeu não concorrer à Presidência novamente. Diante da reação negativa da população, e, principalmente, do JMP, que intensificou as manifestações, Saleh retificou-se, afirmando que sairia no mês de setembro. Sua retificação não foi bem recebida pelos manifestantes (KASINOF, 2012; ZIMMERMAN, 2014).

No dia 18 de março de 2011, a chamada “Sexta-Feira Sangrenta” ocorreu, na capital Sanaa, e deu-se por meio de um tiroteio contra os manifestantes que ali se encontravam. Os atiradores não foram devidamente identificados, mas ainda hoje se acredita que tenham sido enviados pelas Forças Armadas do país, com as ordens de Saleh. Após o acontecimento, houve a reação de países como os EUA e a Arábia Saudita, que passaram a solicitar a transferência de poder de Saleh para o Vice-Presidente, Abd-Rabbu Mansour Hadi (KASINOF, 2012; ZIMMERMAN, 2014).

O apelo feito pelos EUA e pela vizinha, Arábia Saudita, foi mediado pelo Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Se a proposta do CCG fosse acatada, Saleh ganharia, ainda, imunidade em relação às acusações de violações dos direitos humanos, enriquecimento ilícito e corrupção. A Anistia Internacional, descontente com as exigências do Presidente, afirmou que o Parlamento iemenita não deveria aceitar que Saleh saísse impune de seus crimes. No início de junho, os rebeldes atacaram o Palácio Presidencial, ferindo gravemente Saleh, que foi levado às pressas para a Arábia Saudita, onde foi operado. Ainda na Arábia Saudita, o Presidente fez apelo aos iemenitas para dialogarem sobre sua volta ao poder de maneira legítima (YEMEN..., 2012; KASINOF, 2012; ZIMMERMAN, 2014).

Perante a ausência de Saleh, o Vice-Presidente, Hadi, passou a governar, acalmando os ânimos dos manifestantes. Com isso, os opositores começaram a solicitar que Hadi fundasse um governo de transição, no Iêmen, para afastar, ainda mais, Saleh do poder. O pedido dos iemenitas era difícil de ser posto em prática, uma vez que a família de Saleh encontrava-se presente em todos os setores governamentais do país, e não deixaria um governo de transição ser instalado – logo, a autoridade de Hadi no Iêmen era de fato, apenas simbólica (KASINOF, 2012; ZIMMERMAN, 2014).

Já no final do ano de 2011, em outubro, tendo se recusado a assinar o acordo mediado pelo CCG, por mais de três vezes, Saleh foi procurado pelo Conselho de Segurança da ONU, que solicitou, através da Resolução 2014, que transferisse o poder para Hadi oficialmente. No mês seguinte, em novembro, Saleh viajou a Sanaa, e assinou o acordo, passando o poder para Hadi, posto que sua permanência como Presidente seria inadmissível por parte dos iemenitas (KASINOF, 2012; ZIMMERMAN, 2014).

O acordo previa que Hadi criasse um comitê para reorganizar as Forças Armadas do país, além de pôr em execução eleições parlamentares, em 2012. Em relação às eleições, Hadi foi o único a concorrer, e, dessa forma, obteve apoio do CGP, além do JMP. Hadi tornou-se Presidente do Iêmen, em 21 de fevereiro de 2012. A eleição de Hadi foi vista com muita desconfiança entre os iemenitas, devido ao receio que o recém-eleito Presidente fosse manter-se devoto a Saleh. Apesar disso, a personalidade de Hadi não era muito bem conhecida, em razão de Saleh ter sido absoluto, quando Chefe de Estado, ofuscando a atuação de Hadi. Por isso, muitos cidadãos mantinham-se otimistas, em relação aos seus próximos passos (KASINOF, 2012; ZIMMERMAN, 2014).

Dominar a população do Iêmen não seria tarefa fácil, dado que o país estava completamente dividido, assim como suas próprias Forças Armadas, que se mantinham leais à família de Saleh. Hadi focou em conquistar apoio estrangeiro, e, para isso, investiu em discursos na Assembleia Geral da ONU, baseando suas falas na Guerra ao Terror. Com vistas na busca por auxílio ocidental, Hadi produziu a Conferência do Diálogo Nacional, a CDN, com a intenção de estabelecer um novo texto constitucional para o país. As reuniões da CDN foram realizadas em 2013 e 2014, e tiveram como resultado a definição de federações iemenitas. A proposta não levou em consideração as subdivisões históricas do país, além dos seus aspectos culturais.

A decisão da CDN foi vista como prejudicial às regiões menos favorecidas, que acreditavam no fortalecimento de porções já abastadas (ZIMMERMAN, 2014). Segue a divisão, no Mapa 6:

Mapa 6 – Divisão do país proposta por Hadi no ano de 2014



Fonte: Zimmerman (2014, n.p.).

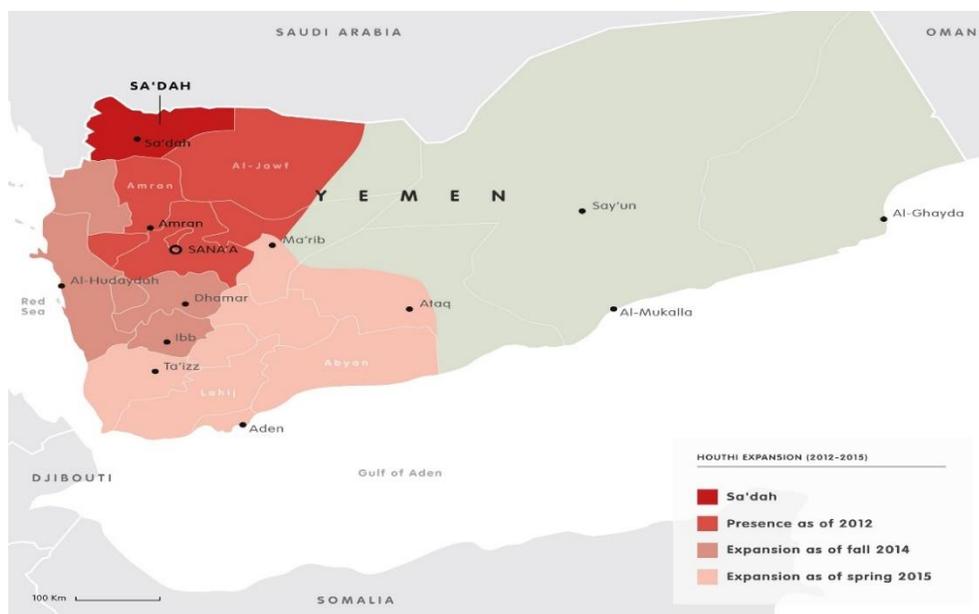
A proposta de Hadi não foi levada adiante, justamente pelo fortalecimento das inquietações de cada região, não conformadas com a divisão pensada. Os protestos, que, por um curto período, foram amenizados, voltaram a ocorrer. Abdul Malek al-Houthi tornou-se o novo líder dos Houthis, e reuniu aliados para protestarem contra o governo de Hadi e suas decisões. Com a fragilidade do Estado, altas taxas de desemprego e analfabetismo, além da ausência de estruturas voltadas à saúde e à educação, realizar uma grande manifestação contrária ao Presidente não era algo complicado. Os Houthis tomaram os arredores da capital Sanaa, estabelecendo acampamentos armados. As Forças do governo reagiram, com a intenção de expulsarem o grupo (ZIMMERMAN, 2014).

Ainda em 2014, o Presidente Hadi investiu em uma tentativa de negociação com os Houthis, oferecendo a eles a incorporação do grupo ao governo. A sugestão de Hadi foi rejeitada. No dia 18 de setembro de 2014, os Houthis finalmente ocuparam Sanaa, apossando-se das instalações do governo, assim como da mídia moderada pelo Estado. Em 21 de setembro do mesmo ano, um pacto foi firmado entre o CGP, os Houthis, o governo de Hadi e o al-Hirak, o que seria chamado de “Acordo de Paz e Parceria Nacional”. O pacto determinava que uma nova configuração deveria ser instaurada, contando com a participação de membros representantes de todos os grupos, e, ainda,

uma suspensão dos conflitos armados entre as Forças de Hadi e os Houthis. O pacto indicava a saída dos Houthis da capital, o que não os agradou (GUÉHENNO, 2015).

A nomeação de um Primeiro-Ministro, Khaled Bahah, por parte de Hadi, foi uma declaração de imparcialidade, já que o Primeiro-Ministro não integrava algum dos grupos envolvidos no pacto. No período presidencial de Saleh, o CGP era plenamente responsável pelo processo eleitoral de autoridades governamentais, diferente da nomeação realizada por Hadi, a qual deixou o partido afastado da decisão. Os rebeldes Houthis permaneciam marchando em prol de seus objetivos, enquanto membros do CGP mostravam-se descontentes com Hadi, em razão de sua abordagem tranquilizadora (GUÉHENNO, 2015).

Mapa 7 – A Expansão Houthi (2012-2015)



Fonte: Mapping... (2017, n.p.).

Os Houthis estenderam o seu poder até as regiões sul e oeste, além do interior do país, de maioria sunita, e a porção produtora de petróleo localizada em Marib. O progressivo domínio Houthi fez com que o grupo entrasse em conflito com outros movimentos, como o Islah e a AQPA. No dia 22 de setembro, Hadi e o Primeiro-Ministro nomeado por ele abdicaram de seus cargos. Hadi acertou, ainda, com os Houthis,

algumas mudanças institucionais a serem implementadas pelo grupo, e, logo após, fugiu para Áden, onde reforçou sua autoridade perante os cidadãos iemenitas.

4 ANÁLISE DO CONFLITO CIVIL IEMENITA À LUZ DO REALISMO NEOCLÁSSICO

Este capítulo trata de alguns conceitos apresentados previamente no Capítulo 1, com base nos escritos de dois teóricos do Realismo Neoclássico, Gideon Rose (1998) e Randall Schweller (2006). O contexto que levou o Iêmen até o atual conflito civil, a partir da fragmentação social e das intervenções estrangeiras demasiadas, pode ser explorado e interpretado através das concepções realistas neoclássicas aqui expostas. Entende-se, ainda, que a inserção de termos, não utilizados anteriormente pela Teoria Realista, mas que surgem com as obras neoclássicas, seja de grande valia à compreensão do tema, aqui, abordado.

As análises da Teoria Realista, em sua ampla abordagem, destacam constantemente a ingerência do Sistema Internacional, no comportamento dos países. No Realismo Neoclássico tratado por Gideon Rose (1998), destaca-se duas variáveis, no exame da atuação dos Estados: a doméstica e a internacional. Os realistas neoclássicos discorrem sobre a conduta de cada Estado, através da mensuração do seu poder material relativo. Conforme Rose (1998, p. 152, tradução nossa):

Ao invés de assumir que os Estados buscam segurança, os realistas neoclássicos respondem às incertezas da anarquia internacional, procurando controlar e moldar seu ambiente externo. Independentemente das inúmeras maneiras pelas quais os Estados podem definir seus interesses, é provável que eles desejem mais do que menos influência, e perseguem essa influência na medida em que são capazes.

Os países vizinhos apresentam antecedentes quanto às intervenções no Iêmen. A Arábia Saudita e o CCG estão envolvidos nos conflitos desde antes do ano de 2011, principalmente em decorrência da proximidade dos territórios (saudita e iemenita). Conflitos fronteiriços marcam a relação desses dois países, tanto em relação às suas fronteiras marinhas quanto às fronteiras terrestres. O envolvimento do CCG ocorreu devido aos interesses na localização geográfica do Iêmen, além do receio de que o Irã, como uma potência regional, pudesse intervir também. “Nos últimos anos, o Irã acabou por estar pronto para controlar quatro capitais árabes - Beirute, Damasco, Bagdá e Sanaa, e assim o Reino saudita foi forçado a trabalhar para impedir a expansão do Irã na

região” (ELAYAH; SCHULPEN, 2017, p. 5, tradução nossa). A ameaça do Irã não foi a única a despertar o CCG, pois a atuação dos Houthis também provocou inquietações.

Teoricamente, Randall Schweller (2006) argumenta que, para um Estado manter o seu comportamento equilibrado perante à anarquia do Sistema Internacional, e usufruir de maneira sábia dos recursos que o seu território dispõe, é necessário haver o balanceamento de quatro fatores em nível de unidade (Estado). São eles: o consenso das elites domésticas; a fragilidade do regime/governo; a coesão social; e o grau de coesão entre as elites. “A combinação dessas quatro variáveis determina o grau de coerência do Estado” (SCHWELLER, 2006, p. 47, tradução nossa).

O desempenho das elites é consequência das particularidades de cada uma, ou seja, as preferências, as crenças, as expectativas, os pontos de vista e as informações dispostas. Schweller (2006) afirma que, quanto mais dúvida for a informação disponível aos atores sobre o seu espaço, menos se espera um consenso entre eles. Este primeiro fator pode ser aplicado à fragmentação presente entre os formuladores de políticas do Iêmen, uma vez que os grupos mais relevantes (como o CGP) defendem intensamente suas próprias preferências, crenças, expectativas e pontos de vista, e não as do seu país. Não há um consenso entre as elites, quando estas entendem que o grupo político opositor é a ameaça, o que gera o desequilíbrio do Estado. Assim:

O consenso das elites é a variável dependente: quando houver um consenso entre as elites formuladoras de políticas para equilibrar o comportamento estatal no Sistema Internacional, o Estado o fará. As únicas perguntas são (1) contra quem ele se equilibrará? e (2) os obstáculos à mobilização criados pela fragmentação social e pela vulnerabilidade do regime limitarão a capacidade do Estado de enfrentar ameaças? (SCHWELLER, 2006, p. 47, tradução nossa).

O segundo fator de Schweller (2006) trata da vulnerabilidade do regime/governo. Para identificar-se o grau de fragmentação do governo em vigência, são necessários alguns questionamentos, como, por exemplo: “A autoridade governamental é baseada na coerção ou é autolegitimada aos olhos da sociedade?”, “O governo está atendendo às expectativas do povo?”, “Qual a probabilidade de a liderança atual ser removida do cargo?”. Realizando-se estes questionamentos, levando-se em consideração a situação histórica e a atual conjuntura do Iêmen, desde a sua unificação, em 1990, é possível perceber-se a fragilidade e a instabilidade do aparato estatal iemenita. Logo:

A força da ligação elite-massa desempenha um papel importante na determinação do alcance e da viabilidade das escolhas políticas disponíveis para os tomadores de decisão. Governos fracos têm menos capacidade política do que governos legítimos, isto é, eles são menos capazes de detectar e avaliar ameaças, controlar, mobilizar e alocar recursos nacionais, articular e escolher políticas, e implementar essas políticas (SCHWELLER, 2006, p. 50, tradução nossa).

Em relação ao terceiro fator, a coesão social, para o teórico, “não significa unanimidade política ou ausência de profundas divergências políticas na sociedade” (SCHWELLER, 2006, p. 51, tradução nossa), visto que todas as sociedades apresentam divergências consequentes de interesses diferentes, desigualdades econômicas, objetivos concorrentes, diferenças culturais e religiosas, etc. O sentido de haver coesão entre os grupos e a sociedade como um todo é existir a aceitação das mesmas regras, além do apoio às instituições e mecanismos de resolução de conflitos presentes no regime.

Um exemplo da não coesão social dentro do território iemenita é a insurgência de grupos rebeldes opositores ao Estado, como os Houthis iemenitas, e a entrada de grupos provenientes de outras localidades, como a Al-Qaeda. Entende-se que os grupos rebeldes, não generalizadamente, demonstram um sentimento de exclusão da sociedade em que se encontram, ocasionando, assim, a divisão desta. Não se identificando com as instituições estabelecidas pelo Estado, nem com o mecanismo estatal de resolução de conflitos, os opositores passam a manifestar o desejo de destituição do governo em vigor.

E ainda, “[...] quanto mais divisões sociais dentro de um Estado, maior a probabilidade de ser forçado a confiar em meios externos (alianças) em oposição a meios internos (mobilização de armas e tropas nacionais)” (SCHWELLER, 2006, p. 53, tradução nossa), o que justifica o alinhamento iemenita aos países vizinhos. Quanto a esse fator, Schweller destaca:

Existem divisões políticas perigosas quando grupos dentro da sociedade não conferem legitimidade às instituições que a estruturam e, ainda mais, quando um segmento significativo da população pretende derrubar o Estado. O conceito de coesão social abrange mais do que mera legitimidade institucional; trata-se de um sentimento psicológico de solidariedade dentro de uma sociedade. Quando todos os membros da sociedade “se sentem interconectados e integrados à vasta série de redes que compõem a sociedade, é provável que haja boa coesão social. [...] Em casos extremos, os grupos étnicos que se sentem excluídos podem

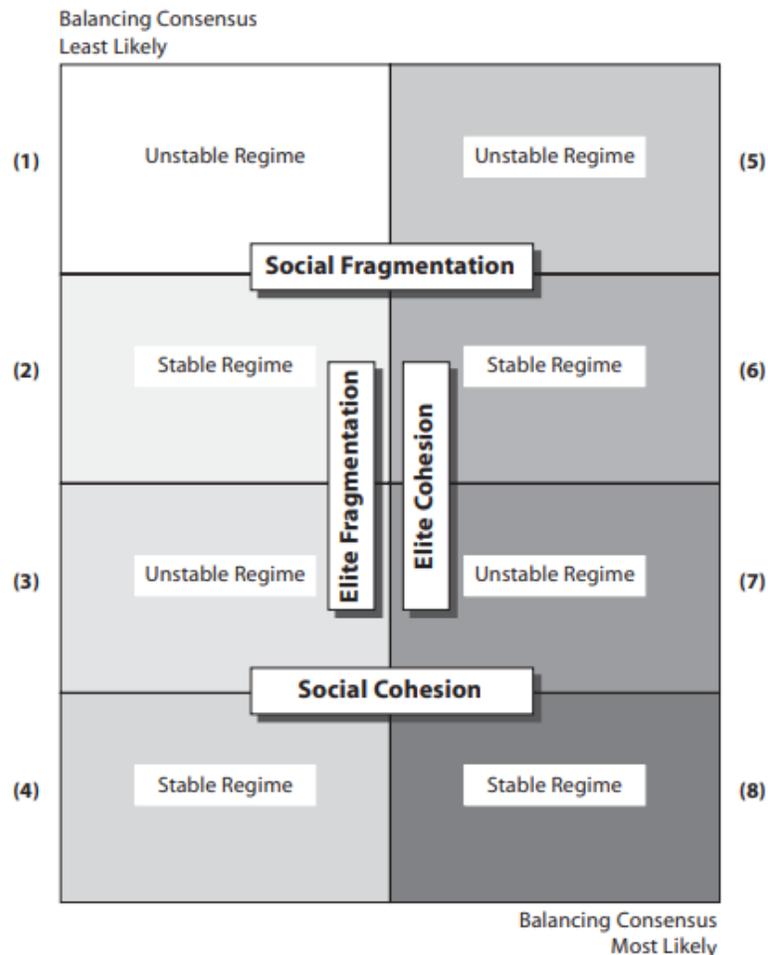
advogar que o Estado renuncie à sua independência soberana em favor de um vizinho coétnico maior (SCHWELLER, 2006, p. 51, tradução nossa).

O último fator, semelhante ao primeiro, diz respeito ao grau de coesão entre as elites, ou seja, o grau em que as lideranças políticas de um governo são fragmentadas por divisões internas. Assim como já explanado, a divisão dos grupos políticos, dentro do Estado, dá-se principalmente devido às divergências entre eles. Considerando-se o contexto iemenita, a separação é obtida por meio de diferenças culturais e principalmente religiosas. “Quando as elites são fragmentadas, é altamente improvável que o Estado seja capaz de construir uma estratégia de equilíbrio coerente e eficaz” (SCHWELLER, 2006, p. 56, tradução nossa).

Schweller criou um diagrama, mencionado no Subcapítulo 2.1, de título “Uma nova perspectiva para a Teoria Realista”, que apresenta os fatores aqui tratados, e como eles interagem para atingirem a coerência ou não do Estado. Assim, Schweller explica:

A coerência estatal pode ser classificada por meio de três direções: elite fragmentada ou coesa, sociedade fragmentada ou coesa e regime estável ou instável, configurando oito categorias diferentes, como mostrado no diagrama. Na figura abaixo, o sombreamento intenso indica uma grande probabilidade de surgir um consenso de elites em favor do comportamento equilibrado do Estado, já o sombreamento mais leve mostra que é menos provável que haja um consenso. A generalização feita aqui é que a coerência do Estado é maior na célula 8 e é menor na célula 1. Consequentemente, os Estados da célula 8 provavelmente formarão um consenso de elites para equilibrar o Estado, uma vez que possuem todos os atributos internos que facilitam ajustes de política oportunos e eficazes às mudanças no ambiente estratégico; considerando que a capacidade do Estado de se adaptar às ameaças diminui à medida que se avança para cima e para a esquerda (SCHWELLER, 2006, p. 56, tradução nossa).

Figura 1 – Diagrama de Schweller: coerência do Estado e o consenso entre as elites



Fonte: Schweller (2006, p. 67).

Em relação ao Diagrama de Schweller (2006), a situação iemenita pode ser inserida na célula de número 1. Isso se explica pelo fato de essa localização, no Diagrama, apresentar a menor coerência do Estado ao passo que demonstra ainda as suas fraquezas, como: uma sociedade fortemente fragmentada, um regime fragilizado fundado na instabilidade, uma elite (importante elemento para a formulação de políticas nacionais) desmembrada e ainda um nível mínimo de coesão entre a sociedade e a elite.

A ameaça iraniana e a reação da Arábia Saudita podem ser compreendidas pelo Realismo Neoclássico, através do “arquetipo realista neoclássico”: “A História da Guerra do Peloponeso de Tucídides baseia sua narrativa na proposição teórica de que a causa real da Guerra foi o crescimento do poder de Atenas e o alarme que isso inspirou em

Esparta” (ROSE, 1998, p. 153, tradução nossa). O arquétipo pode ser utilizado, ainda, para explicar uma situação citada no Subcapítulo 4.2, de título “A formação histórica do Iêmen do Norte”, quando a Arábia Saudita sentiu-se ameaçada pela influência egípcia, presente, na época, em decorrência da instauração do regime presidencialista no Iêmen, em 1962, apoiado pelo Egito. Ou seja, entende-se que, no caso aqui tratado, à medida que a Arábia Saudita vê o seu poder material relativo perdendo influência para o Irã (ou para o Egito anteriormente), no ambiente internacional, ela passa a agir com o objetivo de manter-se dominante.

4.1 A Arábia Saudita no Iêmen

A Arábia Saudita, majoritariamente sunita, passou a intervir nos conflitos civis do Iêmen, através do aumento do uso da força, baseada principalmente nas acusações de que o Irã, majoritariamente xiita, estava financiando grupos rebeldes no país. A partir disso, o CCG elevou os investimentos bélicos dos seus países-membros. Anteriormente, nos anos de 2009 e 2010, os Houthis já haviam confrontado a Arábia Saudita, logo após as Forças Armadas do governo iemenita atacarem o grupo. Os sauditas se preocuparam com os ataques dos Houthis, mesmo que as suas forças fossem superiores tecnologicamente às forças dos rebeldes (HOKAYEM; ROBERTS, 2016).

Além de recearem ainda mais perdas para os Houthis, havia o medo da insurgência de outros grupos liderados pelo Irã, habilitados a dominarem o estreito de Bab Al-Mandeb, além de acessos ao Mar Vermelho e o Canal de Suez. Em decorrência das várias perdas consequentes do conflito com os Houthis, a Arábia Saudita intensificou os seus gastos militares para o melhoramento de seu exército, aumentando o seu poder material.

Mesmo antes dos conflitos fronteiriços de 2009 e da intervenção de 2015, a Arábia Saudita já havia visto o Iêmen como uma fonte de ameaça. O Reino alternou repetidamente entre engajamento, contenção e intervenção como meio de lidar com (e às vezes exacerbando involuntariamente) ameaças ideológicas, territoriais e outras apresentadas pelo seu vizinho do sul. O Iêmen é visto como intimamente conectado à segurança da Península Arábica, em parte por causa dos densos vínculos transnacionais e tribais entre os vários países, e em parte porque o Iêmen é pobre em recursos, populoso e politicamente diferente. É propenso à exportar sua própria instabilidade, para o medo de seus vizinhos. [...] Devido a esses problemas, os Estados do Golfo confiaram por muitos anos em

Saleh para manter a estabilidade. No entanto, as relações com Saleh tornaram-se cada vez mais problemáticas diante de seu governo corrupto e fragmentado (HOKAYEM; ROBERTS, 2016, p. 162, tradução nossa).

Após a saída do Presidente Hadi, do Iêmen para a Arábia Saudita, os sauditas, apoiados pelos Emirados Árabes Unidos (EAU), Sudão, Egito, Marrocos, Kuwait, Bahrein e Jordânia (e Catar, até o ano de 2017)¹⁵, formaram a Coalizão Saudita. A Operação *Decisive Storm* foi posta em prática pelo recém-formado grupo, com a intenção de realocar Hadi como Presidente legítimo do Iêmen. O objetivo da Operação seria alcançado através de ataques aéreos e navais, além de bloqueios. A Operação obteve sucesso, nas primeiras semanas, visto que deteve parcialmente o avanço dos Houthis (HOKAYEM; ROBERTS, 2016).

Mapa 8 - A presença da Coalização Saudita no Iêmen referente ao mês de junho de 2019



Fonte: Mapping... (2017, n.p.).

Quase um mês após o estabelecimento da Operação, houve a substituição desta por outra. Instaurou-se, então, a Operação *Renewal of Hope*, a qual possibilitou o acesso

¹⁵ Os governos da Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Egito decidiram romper as relações diplomáticas com o Catar em junho de 2017 com o argumento que o país apoia o terrorismo. O isolamento do país desencadeou sérios impactos na economia (ESPINOSA, 2017).

de ajuda humanitária à parte da população iemenita, por meio dos portos do país. Já em 2017, mais especificamente no dia 4 de dezembro, Saleh foi assassinado por um rebelde Houthi, em uma cidade vizinha da capital Sanaa. O assassinato ocorreu logo após Saleh declarar, na mídia, que havia rompido laços com os Houthis, e demonstrar estar interessado em aliar-se à Coalizão Saudita. As investidas da Coalizão contra os Houthis continuaram, mesmo que ficasse cada vez mais difícil reestabelecer-se a Presidência de Hadi (EUROPEAN COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS, 2018; HOKAYEM; ROBERTS, 2016).

Dessa forma, surge a Operação *Golden Arrow*, mais conhecida por Operação Anfíbia, devido à sua atuação terrestre, sendo liderada pelos EAU (com apoio implícito dos Estados Unidos) e pelas Forças Armadas iemenitas. A Operação tinha como objetivo a reconquista de Áden, inserindo alterações nas estratégias da Coalizão, tornando-a mais forte em relação à tecnologia militar. A Coalizão, apesar de aparentar uma integração unânime ideologicamente, também conta com divergências entre os seus membros, Arábia Saudita e EAU, principalmente no que se refere à participação do grupo, nos conflitos iemenitas (EUROPEAN COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS, 2018; HOKAYEM; ROBERTS, 2016).

Os históricos militares dos dois atores, Arábia Saudita e EAU, são diferentes, o que implica diretamente nas suas atuações como membros do CCG. Os EAU participaram de missões no Kosovo, Chifre da África e na Guerra do Afeganistão. As intervenções nesses países contribuíram para a evolução do país, em relação às estratégias e tecnologias militares de suas Forças Armadas. Ao passo que os EAU foram ganhando reconhecimento por suas atuações em conflitos da região, a Arábia Saudita garantia sua contribuição em questões econômicas e políticas das intervenções. Isso fez com que o Reino se mantivesse enfraquecido, em relação ao campo militar (HOSENBALL; STEWART; STROBEL, 2015).

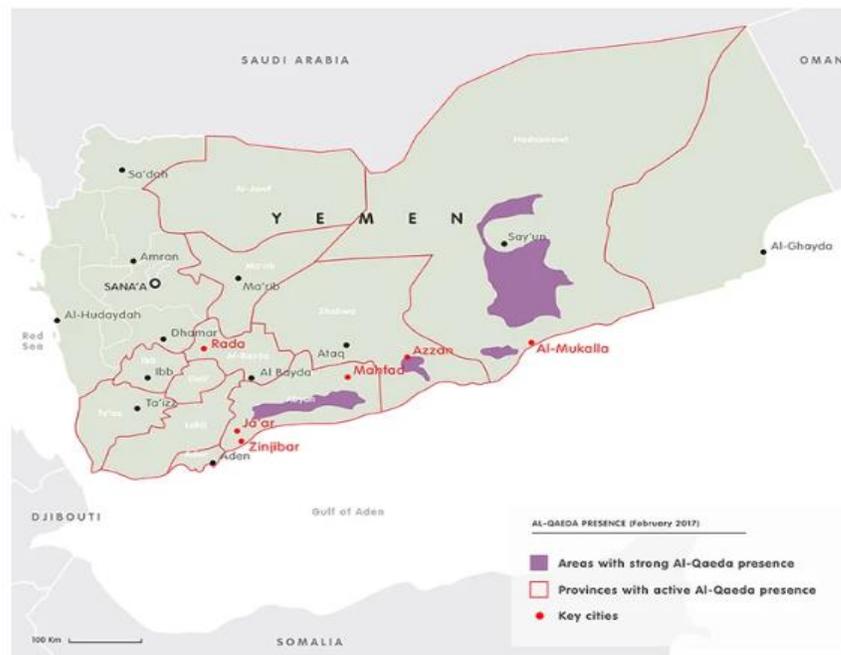
A presença e as ações da Arábia Saudita, no conflito iemenita, são alvos constantes de críticas. Isso ocorre devido às declarações da ONU de que os ataques aéreos realizados pela Coalizão e liderados pelos sauditas já tiraram a vida de milhares de civis iemenitas. As declarações da ONU caracterizam violações dos direitos humanos, por parte da Arábia Saudita. O que piora a situação é a afirmação dos sauditas de que os

ataques foram realizados a partir da utilização de bombas *cluster*, importadas do Reino Unido. Esse material foi proibido em 2008, por meio de um acordo assinado por mais de cento e dezenove países, incluindo o Reino Unido. Os Estados Unidos e a Arábia Saudita não assinaram esse acordo, mas o Reino Unido como participante deste, é explicitamente vedado de fornecer o material a quem ainda o utiliza (HOSENBALL; STEWART; STROBEL, 2015; UNITED NATIONS, 2008; SHIELD, 2017).

A intervenção liderada pela Arábia Saudita, é um estudo de caso da coerção do poder aéreo em uma guerra civil. [...] Nesse sentido, a luta dos sauditas para reverter a situação no Iêmen lança mais dúvidas sobre a eficácia dos ataques aéreos. Essas observações são significativas para várias decisões da política de defesa dos EUA. Elas incluem não apenas a continuação do apoio diplomático e militar americano ao esforço liderado pela Arábia Saudita no Iêmen, mas também as perspectivas de adaptar abordagens semelhantes às intervenções planejadas ou em andamento dos EUA em outros conflitos civis ativos (SHIELD, 2017, p. 462, tradução nossa).

A entrada da Arábia Saudita no Iêmen, assim como a entrada do Irã, deu-se, sobretudo, devido à presença de um inimigo em comum para os dois: a Al-Qaeda, instalada no Iêmen, através da AQPA. A rivalidade entre eles, que deveria ter sido amenizada, em prol da estabilização do Iêmen, permanece pujante. Uma vez que cada potência financia um lado do conflito, este permanece sendo alimentado, e cada vez mais difícil de ser encerrado.

Mapa 9 – A presença da Al-Qaeda, no Iêmen, no mês de junho de 2017



Fonte: European Council on Foreign Relations (2018)

4.2 O Irã no Iêmen

Como já citado, a grande preocupação da Arábia Saudita e da Coalizão como um todo é principalmente a expansão iraniana, no Iêmen e, futuramente, na Península Arábica. O fato de o Iêmen ser um país fronteiriço aos sauditas inquieta ainda mais o Reino, pois a influência iraniana, através dos Houthis, adentraria facilmente o seu território. À medida que o Reino auxilia o regime fragilizado de Hadi, por meio de ataques aéreos, o Irã apoia os Houthis, por meios terrestres. Os rebeldes Houthis são frequentemente acusados de desejarem o reestabelecimento de uma teocracia xiita, no Iêmen, implementando a já citada *Sharia*, por meios extremos (HOKAYEM; ROBERTS, 2016).

Entende-se que a polaridade religiosa que há entre o Sunismo e o Xiismo é amplamente instrumentalizada, pelas duas potências regionais (Arábia Saudita e Irã), como modo de legitimar suas ações. Em outras palavras, não basta apenas um país ou um grupo ser sunita ou xiita, ele deve, acima de tudo, estar alinhado com os interesses de Riad ou Teerã. A exemplo disso, há o apoio financeiro iraniano ao Hamas, grupo este

palestino e sunita. Isso se explica pelo interesse geopolítico iraniano em manter firme a retórica contra Israel e de projetar-se como líder dos muçulmanos. Vale ressaltar, ainda, as divergências religiosas dos dois países. A Arábia Saudita tem, como segmento islâmico predominante em seu território, o Wahabismo sunita. Já no Irã, há prevalência do Xiismo duodecemânico (cerca de 90% da população iraniana), expressamente o maior grupo xiita dentro do Islamismo (MARCUS, 2019).

Ao Irã, é atribuído, também, o treinamento do Movimento Separatista do Sul, além do fornecimento de equipamentos militares. Ainda há a presença do grupo Hezbollah, no conflito, também acusado de ser financiado pelo Estado iraniano. Sobre o Movimento Separatista do Sul, há escassas evidências formais de que o país financie esse grupo também. A expansão Houthi, no território iemenita, é apreciada pelos iranianos, uma vez que há a possibilidade de adquirir controle no país indiretamente, e com a utilização de poucos recursos. Iemenitas que convivem com os rebeldes Houthis argumentam que estes não estão alinhados diretamente com o Irã, visto que o grupo é alicerçado em tomadas de decisões compartilhadas, além de atender muitas das demandas da sociedade, o que consideram fatores divergentes da ideologia iraniana (SERR, 2017).

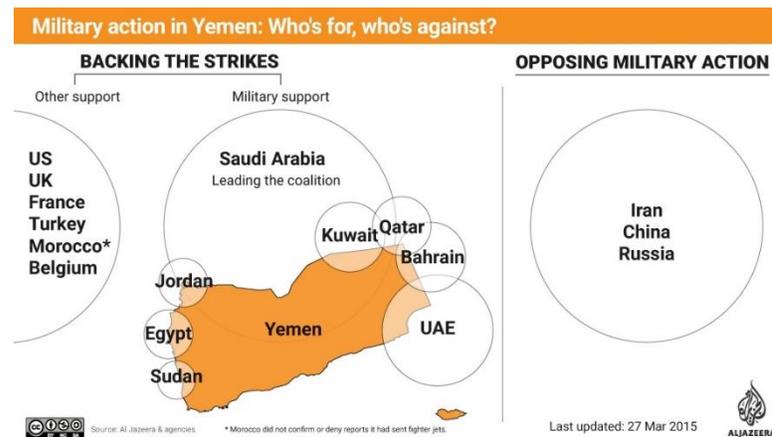
As ingerências estrangeiras concretizadas a partir da fragilização do Estado iemenita, além da fragmentação de suas elites e sociedade em si, fortalecem, ainda mais, as crises diplomáticas entre os países do Golfo, além de outros que nem estão envolvidos diretamente no conflito, como a Rússia. Logo:

O veto russo no Conselho de Segurança da ONU, ao bloquear uma resolução apoiada pelo Ocidente para condenar o Irã, por suas supostas violações de sanções internacionais e por alimentar o conflito no Iêmen, foi um evento marcante. É a primeira vez que a Rússia abate uma decisão liderada pelos Estados Unidos no Conselho de Segurança em relação a um conflito regional no qual não está diretamente envolvida. Moscou não bloqueou os movimentos ocidentais sobre o Iraque em 2003 ou sobre a Líbia em 2011, embora os interesses russos estivessem envolvidos. Moscou tampouco impediu a admissão do Kosovo na ONU como um Estado soberano, pilotado pelo Ocidente, em 2008, embora fosse difícil de aceitar (BHADRAKUMAR, 2018, n.p.).

Cabe destacar, ainda, que as estratégias do Irã baseadas em apoio aos grupos xiitas, no Oriente Médio, caracterizam fugas do cerco imposto pelos EUA, desde a queda

do Xá iraniano Mohammad Reza Pahlavi¹⁶. A inserção de uma política externa livre de pressões internacionais está na essência do Programa Nuclear iraniano, uma vez que o auxílio aos regimes como o de Assad, na Síria, e ao Hezbollah, no Líbano, confronta os interesses de potências como Arábia Saudita, Israel e EUA, além do fortalecimento de rivalidades com outros Estados, como a Turquia (SERR, 2017).

Mapa 10 – Atuação de elementos externos no conflito civil iemenita (2015)



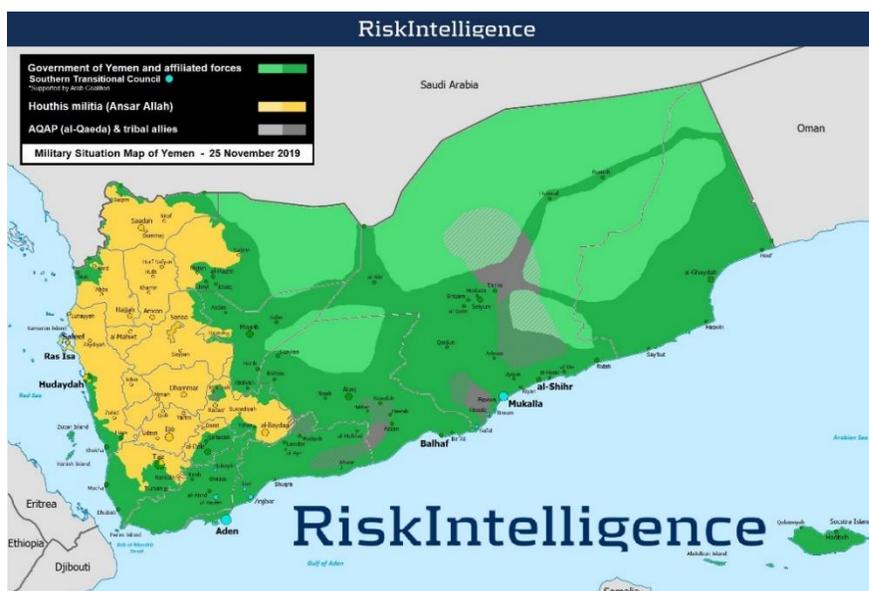
Fonte: Iran's... (2015, n.p.).

As suposições acerca da presença do Irã no Iêmen são suportadas por afirmações de que equipamentos bélicos, como os mísseis utilizados em ataques contra a Arábia Saudita, por exemplo, não são de origem iemenita, uma vez que seu alcance e potência são superiores aos do país. Além disso, as tropas da Coalizão são constantemente monitoradas por drones que, anteriormente ao conflito, nunca haviam sido vistos, na região. A própria ONU já divulgou um relatório em que confirma a atuação iraniana no Iêmen desde o ano de 2009 (SERR, 2017).

¹⁶ No ano de 1979, a grande maioria dos xiitas iranianos liderados pelo Aiatolá Khomeini, derrubaram o regime de Reza Pahlevi (no poder desde 1940) e aliado do EUA, e proclamaram a Revolução Islâmica ou Revolução Iraniana (WELLE, 2019).

4.3 A importância geopolítica do Iêmen, identificada pela intervenção dos demais atores

Mapa 11 - Situação militar do Iêmen, em 2019



Fonte: Risk Intelligence (2019, n.p.).

Os EUA também estão presentes no conflito iemenita de maneira implícita, através do apoio à Coalizão Saudita, principalmente. O interesse estadunidense na situação é baseado na participação iraniana no Iêmen, uma vez que o Irã, por meio dos Houthis, pode vir a controlar o estreito de Bab Al-Mandeb, responsável pela passagem de uma grande parte do petróleo mundial. A dominação do estreito, pelo Irã, fortaleceria o Estado xiita, além de seus aliados (rivais estadunidenses), Rússia e China. É uma questão de balanço de poder, conceito tratado principalmente pelo teórico realista Kenneth Waltz (ELAYAH; SCHULPEN, 2017).

Os EUA, declaradamente aliados de Israel, lidam com a segurança deste com muita cautela. Em decorrência disso, Israel também se opõe ao Irã, além de acreditar que o apoio iraniano aos rebeldes iemenitas facilita o teste de novos armamentos e estratégias militares que posteriormente podem ser utilizadas por organizações terroristas contra Israel, como o Hezbollah (ELAYAH; SCHULPEN, 2017). Outros países permanecem apoiando a Coalizão:

Os EUA, a Grã-Bretanha e a França auxiliam a Coalizão, fornecendo apoio militar e cobertura política. Os aliados ocidentais da Arábia Saudita estão em uma situação difícil, pois a retirada do apoio militar apenas reforçaria o medo dos sauditas de serem abandonados em favor do Irã. No entanto, o envolvimento contínuo do Ocidente contribui para um desastre humanitário, aumenta as tensões saudita-iranianas e possivelmente torna os países ocidentais cúmplices dos crimes de guerra da Arábia Saudita (SERR, 2017, p. 5, tradução nossa).

Há, ainda, a crescente presença dos grupos terroristas aqui já apresentados: a AQPA e o Daesh. Segundo Serr (2017, p. 7-8, tradução nossa):

No Iêmen, a AQPA está se concentrando em tomar territórios, particularmente nas províncias remotas do Sul do país. Ao contrário da AQPA, o Daesh é relativamente novo no Iêmen. O grupo assumiu a responsabilidade pelo seu primeiro ataque em março de 2015 contra as mesquitas zaiditas de Sanaa, matando mais de 140 pessoas. O Daesh é ainda mais propenso à brutalidade que a AQPA e não leva em consideração normas, costumes, ou tradições. Os dois grupos se beneficiam não apenas do colapso das autoridades governamentais, mas também da expansão dos Houthis nas áreas sunitas, pois apresentam novas oportunidades de recrutamento. As tensões aumentam entre os dois enquanto competem pelos mesmos recrutas. No entanto, a AQPA e o Daesh já obtiveram ganhos políticos e territoriais substanciais na guerra, e continuarão obtendo enquanto não houver governo capaz de enfrentá-los.

Países que apresentam poderes materiais relativos menores também estão presentes no conflito iemenita. A Eritreia, por exemplo, país localizado no nordeste do continente africano, deu acesso aos EAU para as Ilhas Hanish próximas do território iemenita, com o intuito de utilizar a região como área de combate aos Houthis. O Djibouti, também na África, já demonstrou estar interessado em ceder o seu território à Arábia Saudita, para atacar os Houthis. Além desses, a Índia acabou envolvida no conflito, mesmo que indiretamente. A Coalizão Saudita buscou apoio militar com o Paquistão, que se negou a ajudar, o que fez com que o grupo se aproximasse dos indianos (SERR, 2017).

4.4 A crise humanitária decorrente do conflito iemenita, e o Acordo de Estocolmo

Como o país mais pobre do Oriente Médio, o Iêmen permanece em guerra. O conflito visto, até hoje, no país, já acarretou o refúgio de mais de 3 milhões de pessoas, e mais de dois terços da população, cerca de 24 milhões de pessoas, necessitadas de assistência. Conforme afirmação da própria ONU, a Guerra Civil no Iêmen já é vista como

a pior crise humanitária do mundo, atualmente. Milhares de pessoas já perderam a vida no conflito – em sua maioria, civis (CONSELHO..., 2019; SERR, 2017).

Mais de 42.000 civis já foram mortos ou feridos. Segundo as estatísticas da ONU, até o final de maio de 2017, o Iêmen recebeu cerca de 90.000 ataques aéreos por Forças da Coalizão Saudita, o que significa uma média de um ataque aéreo a cada 12 minutos. As Nações Unidas dizem que pelo menos 10.000 pessoas são vítimas de bombardeios aéreos, mas se considerarmos que cada ataque aéreo matou alguém (direta ou indiretamente), deve haver mais de 90 mil vítimas. [...] Muitos iemenitas se mudaram para escolas ou fizeram assentamentos informais, com acesso limitado a serviços básicos. Mais de 10 milhões de pessoas são atingidas pela fome. 7 milhões de pessoas não sabem de onde virá a próxima refeição e uma em cada duas crianças sofre com a escassez severa de alimentos (SERR, 2017, p. 2, tradução nossa).

Além do conflito em si, os bloqueios realizados pela Coalizão Saudita, mais especificamente pela Arábia Saudita, dificultam, ainda mais, a importação de produtos básicos à população. “Estima-se que as importações representem 80 a 90% dos alimentos, combustíveis e medicamentos do país” (SERR, 2017, p. 2, tradução nossa). A principal entrada desses produtos se dá através do porto de Hodeida, que atualmente está operando apenas parcialmente, e é responsável por quase 70% da base alimentar dos cidadãos do Iêmen. Ainda segundo Serr (2017, p. 2-3, tradução nossa):

A entrada de suprimentos médicos no Iêmen caiu drasticamente, e muitos médicos e enfermeiros trabalham de graça ou recebem salários reduzidos. Os trabalhadores humanitários estimam que uma criança com menos de cinco anos morre de causas evitáveis a cada 10 minutos. Mais de 8 milhões de pessoas sofrem com a falta de água potável e saneamento básico, colocando-as em risco de surtos de doenças como cólera e sarna. [...] A crise no Iêmen lançou uma sombra pesada sobre meninas e mulheres, sujeitas a abuso, exploração e casamento forçado. O Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais ou UNFPA (sigla em inglês) estima que a violência contra as mulheres aumentou mais de 63% desde a eclosão do conflito em 2015, o que significa que cerca de 2,6 milhões de mulheres e meninas estão em risco.

Apesar de a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, através das ações da Coalizão Saudita, contribuírem para o agravamento da situação humanitária atual do território iemenita, eles são os maiores doadores dos Fundos administrados pela ONU, voltados à assistência humanitária no Iêmen. “António Guterres, Secretário-Geral da ONU expressou a sua "profunda gratidão" pela doação da Arábia Saudita de US\$ 930 milhões para o Fundo Humanitário da ONU para o Iêmen” (DEBEBE, 2018, n.p.). No mesmo encontro em que anunciou a doação, o príncipe saudita, Mohammad bin Sal, e o

Secretário-Geral reafirmaram a necessidade de haver uma abertura segura à entrada de ajuda humanitária no Iêmen, ao mesmo tempo em que a Coalizão realiza contínuos bombardeios aéreos, nos principais portos iemenitas, ocupados, em grande parte, por rebeldes Houthis.

Um acordo mediado pela ONU foi uma das tentativas de apaziguamento do conflito. Assinado na Suécia, em 13 dezembro de 2018, com a participação de representantes dos Houthis e representantes do governo deposto de Hadi. O Acordo de Estocolmo anuncia, principalmente, um cessar-fogo dentro e nos arredores da cidade portuária de Hodeida, com o intuito de criar corredores de ajuda humanitária a uma parcela da população iemenita (CONSELHO..., 2019; THE STOCKHOLM..., 2018).

Através do Acordo, os membros do Conselho de Segurança da ONU reafirmaram compromisso com a união, a soberania, a independência e a integridade territorial do Iêmen. O pacto prevê, então, resoluções sobre os portos de Hodeida, Salif e Ras Issa, um mecanismo executivo para a realização de uma troca de prisioneiros e uma declaração de entendimento sobre a cidade de Taiz, cidade costeira localizada no sudoeste do país fortemente atingida pelo conflito, além da possibilidade de discussão sobre a abertura do Aeroporto Internacional de Sanaa (ONU..., 2019; THE STOCKHOLM..., 2018).

O Enviado Especial da ONU, Martin Griffiths, trabalhou com as partes para identificar questões importantes que as partes poderiam tratar juntas. A situação em Hodeida e Taiz, bem como a troca de prisioneiros, surgiu como questões sobre as quais as partes poderiam encontrar um terreno comum. Na época, uma batalha sobre Hodeida parecia iminente. A cidade e a área circundante abrigam cerca de 500.000 pessoas. 90% dos alimentos e medicamentos do Iêmen são importados e quase 70% dessas importações entram no país por Hodeida e Salif. Antes do Acordo, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários alertou que a destruição do porto constituiria um "ponto de inflexão", além do qual seria impossível evitar a perda maciça de vidas devido à fome. A UNICEF estimou que 300.000 crianças corriam o risco de morrer de fome se o porto fosse completamente fechado (OFFICE OF THE SPECIAL ENVOY OF THE SECRETARY-GENERAL FOR YEMEN, 2019, n.p., tradução nossa).

Mapa 12 - Localização de Hodeida no Iêmen



Fonte: Google Maps (2020).

Negociações para a realização das trocas de prisioneiros em larga escala iniciaram ao final do ano de 2019, envolvendo a ONU e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR). “Este é um passo para o cumprimento do compromisso das partes de libertar gradualmente todos os prisioneiros vinculados ao conflito, em conformidade com o Acordo de Estocolmo”, informaram a ONU e o CICR. O número de prisioneiros que serão realmente libertados não é conhecido. No entanto, o porta-voz dos Houthis, Mohammed Salam, afirmou que seriam em torno de 1,4 mil libertos, entre sauditas e sudaneses (CONSELHO..., 2019, n.p.; THE STOCKHOLM..., 2018).

Arbitrariamente aos resultados positivos obtidos pelo pacto, Dijkstra afirma que há o medo de o Acordo ser manipulado para a obtenção de vantagens estratégicas pelas partes. A autora afirma que que:

A implementação do Acordo foi marcada por momentos de passos positivos em direção ao cumprimento do mesmo, seguidos de retrocesso em confrontos violentos. Por exemplo, em maio de 2019, os relatórios da ONU aumentaram as esperanças de que os Houthis estavam efetuando o remanejamento de tropas, conforme acordado, apenas para serem seguidos por novos confrontos em Hodeida dias depois, que ameaçavam quebrar o tênue cessar-fogo do Acordo (DIKSTAL, 2019, n.p., tradução nossa).

Todavia, o Acordo de Estocolmo gerou inúmeras discussões, voltadas à real intenção das partes em participarem deste. Visto que ambas o assinaram, houve, pelo menos em parte, reconhecimento de violação dos direitos fundamentais da população.

“Com crimes internacionais graves e violações dos direitos humanos alegados por todos os lados, é significativo que ao apoiar o Acordo as partes explicitamente tenham reconhecido a importância de abordar a situação humanitária do Iêmen urgentemente”. Assim, entende-se que “através do Acordo, as vítimas não buscam “apenas” paz e segurança, mas reconhecimento e responsabilidade pelas violações e crimes que sofreram” (DJIKSTAL, 2019, n.p., tradução nossa).

Além de Hodeida, os combates estão se intensificando em outras linhas de frente. As forças anti-Houthis ainda veem Hodeida como um alvo e ainda podem retomar as hostilidades, com consequências devastadoras. A crise humanitária do Iêmen, que a ONU descreve como a maior do mundo, não se deteriorou significativamente desde dezembro de 2018, mas também não melhorou. Uma batalha renovada por Hodeida quase certamente levaria o país à fome generalizada. [...] Quanto mais o tempo passa sem um arranjo praticável de Hodeida ou um congelamento dos ataques transfronteiriços, maior a ameaça do desastre do Acordo de Estocolmo, e mais remota, também, qualquer perspectiva de um acordo político nacional e o fim do conflito. A comunidade internacional se mobilizou uma vez para impedir um ataque à Hodeida. Com as apostas agora ainda mais altas - tanto para o Iêmen quanto para a região como um todo -, essa mobilização é necessária novamente, com maior urgência (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019, n.p., tradução nossa).

Entre os meses de junho e julho de 2019, notou-se a obstrução do Acordo, em decorrência da insistência dos representantes do governo iemenita, na entrega total de Hodeida pelos Houthis. O grupo rebelde negou-se a abandonar a região, e os ataques aéreos realizados pela Coalizão foram intensificados. O bloqueio do Acordo acaba arruinando o papel da ONU, como mediadora do conflito, à medida que a impede de convocar negociações entre as partes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho constatou que o Iêmen permanece refém das tensões regionais, sobretudo, da Península Arábica, ao passo que a estabilidade da região depende progressivamente dos acontecimentos no Iêmen. Tendo a história do Iêmen contribuído significativamente para a análise da atual situação do país, o primeiro capítulo desta pesquisa expôs a formação histórica dos dois territórios, Iêmen do Sul e Iêmen do Norte, hoje unificados. A partir da retrospectiva de como se obteve a unificação do país, em 1990, foi possível compreender-se o grau de fracionamento da região, e, conseqüentemente, sua inconstância atual, enquanto Estado.

O histórico aqui apresentado tratou de fatos ocorridos desde o século II d. C., perpassando o surgimento do Islamismo, a presença de povos invasores e colonizadores e suas influências religiosas na região, além do caminho percorrido até a integração dos dois territórios e, posteriormente, a instauração do regime presidencialista no país. O capítulo histórico contou, ainda, com a apresentação do período de consolidação do Presidente Saleh e a insurgência de grupos opositores ao seu regime – em especial, os rebeldes Houthis.

Logo após, o papel das potências estrangeiras é destacado, através da exposição de um capítulo teórico-analítico. Além das potências envolvidas, os países de menor importância para o conflito também são apontados, como a Eritreia e o Djibouti, por exemplo. A Arábia Saudita e o Irã são expostos como peças fundamentais ao desenvolvimento do conflito iemenita. Em decorrência da importância internacional atribuída a estes dois países, Arábia Saudita e Irã, a atuação de ambos no Iêmen é de interesse de outras grandes potências, principalmente ocidentais. Assim, percebe-se a interferência de um número grande de atores, no conflito.

Em seguida, buscou-se tratar sobre a crise humanitária iemenita decorrente do conflito, e como os países envolvidos no conflito e a ONU estão atuando para amenizá-la. Como uma iniciativa proposta por estes atores, está o Acordo de Estocolmo. Entendeu-se, também, que os atores internacionais presentes no Iêmen, direta ou indiretamente, precisam definir esse Acordo como prioridade, para que negociações políticas eficazes sejam postas em prática, em prol do país. Há, ainda, grande

preocupação, em relação a uma escalada do conflito, em decorrência da linha tênue de apaziguamento imposta, através do Acordo.

Para auxiliar na análise e compreensão dos diversos fatores que levaram à eclosão do conflito, assim como elementos que o constituem atualmente, foi utilizado o método Estudo de Caso, apresentado na obra de Sprinz e Wolinsky (2002), a qual interpreta eventos contemporâneos através de pesquisas de caráter qualitativo. Para a realização deste trabalho, foram utilizados recursos bibliográficos coerentes com a metodologia escolhida e com os objetivos aqui propostos. Além destes objetivos, também houve a busca pelo alinhamento da metodologia com o problema de pesquisa apresentado.

Além da abordagem metodológica utilizada para a construção do trabalho, inseriu-se o Realismo Neoclássico como condutor teórico deste. A literatura realista neoclássica utilizada foi de grande valia para a análise, uma vez que constatou a importância de determinados fatores para o despontamento do conflito. Foi utilizada, especialmente, a visão realista de Randall Schweller (2006), o qual demonstrou, em sua obra, a relevância das variáveis internas para a implosão de um Estado, há muito, já enfraquecido. Em relação aos pontos tratados por Schweller, foi possível identificar-se, ainda, a dependência iemenita em relação aos países vizinhos, uma vez que o Iêmen, desde a sua integração, não demonstrou coerência entre as suas partes (elite-população), em benefício do país.

A expectativa de avanços diplomáticos, no Iêmen, mantém-se distante, uma vez que a situação militar local passa por constantes impasses. Estas dificuldades existem principalmente devido à desconfiança, ao sectarismo, à intolerância e, conseqüentemente, ao ódio abundante entre as partes envolvidas. As divergências religiosas presentes na guerra iemenita vão além da divisão entre o Xiismo e o Sunismo islâmico, problematizada nos objetivos desta pesquisa. A existência de vertentes diversas, dentro de cada segmento, explica a atuação conservadora ou liberal de seus seguidores, o que também gera desordem.

A relação entre Arábia Saudita e Irã é, há muito tempo, comprometida por fatores essencialmente estruturais, como: a busca de ambas as potências pela liderança regional, a relevância geopolítica que aspiram, no Golfo Pérsico, e, por consequência, a questão do petróleo. Infelizmente, por questões ambiciosas envolvendo a

preponderância de uma ou de outra potência sob a Península Arábica, é percebido, através da análise, que as intervenções realizadas por ambas deixarão marcas duradouras, no Iêmen. Provavelmente, o resultado das investidas sauditas, em especial, no país, será um Estado falido e a presença permanente de um ator hostil (os Houthis), o qual fornecerá um terreno fértil à prosperidade do jihadismo na região.

Dos cenários traçados para o Iêmen, a probabilidade de o país sofrer ainda mais e estagnar ininterruptamente, em relação ao Acordo de Estocolmo, é grande. Além disso, a continuidade da guerra, dentro e fora do território iemenita, desestabiliza o papel da ONU, como mediadora do conflito. Posto que haja uma intensificação da dependência Houthi do Irã, a eficácia das medidas apaziguadoras, propostas pela ONU, é contestada. Como já citado, diante desse cenário, ainda existe a preocupação dos pactos entre as partes estarem sendo utilizados como vantagens estratégicas no conflito.

A situação atual do Iêmen pode ser vista, ainda, sob uma lógica definitivamente primitiva, visto que os bombardeios, por vezes, perderam importância, diante da fome, das doenças e das mortes ocasionadas pela falta de medicamentos, saneamento básico, água potável e alimentos. O desastre humanitário que assola o país é, em parte, explicado pela destruição da infraestrutura básica do Iêmen, arruinada principalmente por ataques realizados, na grande maioria, pela Coalizão Saudita.

O estabelecimento de um diálogo, em busca da resolução do conflito, é primordial, e deve estar de acordo com os princípios de todas as partes envolvidas, o que não será fácil. Um diálogo direto e sério deve motivar as partes a apresentarem iniciativas claras que objetivem a paz. Os atores internacionais devem atuar conjuntamente para que o auxílio militar e a concessão de armamentos sejam encerrados, da mesma maneira que os bloqueios impostos pela Arábia Saudita sejam interrompidos. O rompimento total dos bloqueios possibilitaria a entrada de assistência humanitária ao povo iemenita. Esta, juntamente com os Fundos voltados a ajuda humanitária no Iêmen, devem ser rigidamente controlados, para que não haja desvios que prejudiquem, ainda mais, a população.

Pode-se concluir, então, que uma análise sobre o conflito civil iemenita vai muito além da interpretação das intervenções que levaram à eclosão da situação beligerante do país atualmente. Requer, além de tudo, um olhar atento sobre o histórico complexo

do país. A unificação do Iêmen ocorreu sob o descontentamento do povo iemenita. A necessidade de impor sua própria vertente religiosa é, até hoje, a maior causa de confrontos entre os cidadãos iemenitas. O Iêmen do Sul e o Iêmen do Norte também contavam com divisões internas, e, mesmo assim, foram interpretados como membros de uma única nação, unida por um regime presidencialista, desde o princípio, liderado por um ditador.

REFERÊNCIAS

- AL-ARASHI, Fakhri. The History of Yemeni Presidents. *National Yemen Newspaper*, [s.l.], 16 out. 2012. Disponível em: <https://nationalyemen.com/2012/10/16/a-history-of-yemeni-presidents/>. Acesso em: 07 abr. 2020.
- ARMSTRONG, Karen. *Islam: A Short History*. New York: A Modern Library, 2002.
- BACCARINI, Mariana. A evolução dos métodos de trabalho e a emergência do consenso no Conselho de Segurança da ONU: a tomada de decisão por comitês. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 5-29, 2017. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/628/350>. Acesso em: 09 maio 2020.
- BARAKAT, Safwan. *La Liga Árabe*. 2010. Tese (Doutorado em Direito) – Universidad de Chile, Santiago, 2010.
- BHADRAKUMAR, M. K. What the Russian veto on Yemeni war signifies. *Asia Times*, Hong Kong, 01 mar. 2018. Disponível em: <https://asiatimes.com/2018/03/russian-veto-yemeni-war-signifies/>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- CARR, Edward Hallet. *Vinte Anos de Crise: 1919 - 1939*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- CHRISTENSEN, T.; SNYDER, J. Chain Gangs and Passed Bucks: Predicting Alliance Patterns in Multipolarity. *International Organization*, Massachusetts, v. 44, n. 2, p. 137-168, jan./jun. 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706792?seq=1>. Acesso em: 30 out. 2019.
- CLEVELAND, W.; BUNTON, M. *A History of the Modern Middle East*. Colorado: Westview Press, 2009.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Islã histórico e Islamismo político*. Porto Alegre: Instituto da Cultura Árabe, 2007.
- CONSELHO de Segurança manifesta apoio a enviado para o Iêmen após críticas do governo. *Nações Unidas Brasil*, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-manifesta-apoio-a-enviado-para-o-iemen-apos-criticas-do-governo/>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- DAY, Stephen. *Regionalism and rebellion in Yemen: a troubled national union*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- DEBEBE, Eskinder. Guterres recebe de príncipe saudita doação de quase US\$ 1 bilhão para Iêmen. *ONU News*, [s.l.], 27 mar. 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/03/1616221>. Acesso em: 21 jun. 2020.

DJKSTAL, Haydee. Yemen and Stockholm Agreement Background Context and Significance. *American Society of International Law*, Washington, 31 maio 2019. Disponível em: <https://www.asil.org/insights/volume/23/issue/5/yemen-and-stockholm-agreement-background-context-and-significance>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DRESCH, Paul. *Tribes, Government, and History in Yemen*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

DURAC, Vincent. The Joint Meeting Parties and the politics of opposition in Yemen. *British Journal of Middle Eastern Studies*, Londres, v. 38, n. 3, p. 343-364, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233014149_The_Joint_Meeting_Parties_and_the_Politics_of_Opposition_in_Yemen. Acesso em: 31 maio 2020.

EDITORA ON LINE. *Guia O Povo Muçulmano*. [S.l.]: Editora On Line, 2016.

ELAYAH, M.; SCHULPEN, L. Yemen: a Forgotten War and an Unforgettable Country. *Centre for International Development Issues*, Nijmegen, 2017. Disponível em: https://www.kpsrl.org/sites/default/files/2018-03/1028_yemen_a_forgotten_war_and_an_unforgettable_country.pdf. Acesso em: 06 jun. 2020.

ESPINOSA, Angeles. Arábia Saudita, Emirados Árabes, Bahrein e Egito cortam relações com Catar por “apoio ao terrorismo”. *El País Brasil*, [s.l.], 05 jun. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/05/internacional/1496643605_827816.html. Acesso em: 15 jun. 2020.

ETHEREDGE, Laura. *Saudia Arabia and Yemen*. New York: Britannica Educational Publishing, 2011.

GUÉHENNO, Jean-Marie. 10 wars to watch in 2015. *Foreign Policy*, Washington, 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/01/02/10-wars-to-watch-in-2015/>. Acesso em: 31 maio 2020.

HALLIDAY, Fred. *Revolution and Foreign Policy: The Case of South Yemen (1967-1987)*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HOKAYEM, E.; ROBERTS, D. The War in Yemen. *Survival*, [s.l.], v. 58, n. 6, p.157-186, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00396338.2016.1257202>. Acesso em: 04 jun. 2020.

HOSENBALL, M.; STEWART, P.; STROBEL, W. Expands Intelligence Sharing With Saudis In Yemen. *Reuters*, 2015. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-saudi-yemen-exclusive/exclusive-u-s-expands-intelligence-sharing-with-saudis-in-yemen-operation-idUSKBN0N129W20150410>. Acesso em: 04 jun. 2020.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Saving Stockholm Agreement and Averting Regional Conflagration Yemen*. Brussels: ICG, 2019.

IRAN'S Zarif seeks Pakistan's help in Yemen crisis. *Al Jazeera*, [s.l.], 08 abr. 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2015/04/iran-zarif-due-pakistan-yemen-war-debate-150408052903767.html>. Acesso em: 11 jun. 2020.

KASINOF, Laura. Yemen's elections ensures leader's exit. *The New York Times*, New York. 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/02/22/world/middleeast/yemen-votes-to-remove-ali-abdullah-saleh.html>. Acesso em: 30 maio 2020.

MACHRY, Patrícia. *Afeganistão e Iêmen: Condicionantes e Características da Crise dos Estados*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MAPPING the Yemen Conflict. *European Council of Foreign Relations*, [s.l.], 09 mar. 2017. Disponível em: <https://www.ecfr.eu/mena/yemen>. Acesso em: 07 jun. 2020.

MARASCIULO, Marília. 5 pontos para entender a Guerra do Golfo. *Revista Galileu*, São Paulo, 28 ago. 2019. Sociedade. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2019/08/5-pontos-para-entender-guerra-do-golfo.html>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MARCUS, Jonathan. 5 perguntas para entender a rivalidade entre Irã e Arábia Saudita. *BBC News Brasil*, São Paulo, 18 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49722711>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MEARSHEIMER, John. On Power as the currency of international relations, disciplining US Foreign Policy, and being an independent variable. *Theory Talks*, Copenhagen, 24 jun. 2012. Disponível em: <http://www.theory-talks.org/2012/06/theory-talk-49.html>. Acesso em: 28 out. 2019.

MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

O IMAMATO. *Arresala: Centro Islâmico no Brasil*, São Paulo, 29 jul. 2014. Disponível em: <https://arresala.org.br/crencas/o-imamato>. Acesso em: 05 abr. 2020.

ONU monitora retirada de forças rebeldes de principal porto do Iêmen. *Nações Unidas Brasil*, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-monitora-retirada-de-forcas-rebeldes-de-principal-porto-do-iemen/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

PHILLIPS, Sarah. *Yemen's Democracy Experiment in Regional Perspective*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

PIRATAS somalis libertam petroleiro grego no Golfo de Áden. *G1*, São Paulo, 13 dez. 2008. Mundo. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL921605-5602,00-PIRATAS+SOMALIS+LIBERTAM+PETROLEIRO+GREGO+NO+GOLFO+DE+ADEN.html>. Acesso em: 05 abr. 2020.

POLITICAL Map of Arabian Peninsula. *Nations Online Project*, [s.l.], 15 out. 2018. Disponível em: <https://www.nationsonline.org/oneworld/map/Arabia-Map.htm>. Acesso em: 06 abr. 2020.

RIEDEL, Bruce. *Kings and Presidents: Saudi Arabia and the United States since FDR*. Washington: Brookings Institution Press, 2018.

RISK INTELLIGENCE. Yemen – Military Situation. *Perry-Castañeda Library*, Austin, 2019. Disponível em: <http://legacy.lib.utexas.edu/maps/yemen.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics Review*, Cambridge, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/326196/mod_resource/content/1/Rose_Neoclassical%20realism%20and%20theories%20of%20foreign%20policy.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

SCHWELLER, Randall. Brother, can you spare a paradigm? (or was anybody ever a realist?). *International Security*, Massachusetts, v. 25, n. 1, p. 165-193, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249564703_Brother_Can_You_Spare_a_Paradigm_Or_Was_Anybody_Ever_a_Realist. Acesso em: 30 out. 2019.

SCHWELLER, Randall. *Unanswered threats: political constraints on the balance of power*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SEIS mapas que ayudarán a entender mejor la situación actual de Yemen. *RT*, Moscou, 04 abr. 2015. Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/171026-mapas-explicacion-conflicto-yemen>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SERR, Marcel. Understanding the War in Yemen. *Isr. J. Foreign Aff.*, Londres, v. 11, n. 3, p. 357–369, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23739770.2017.1419405>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SHAW, S. J.; YAPP, M. E. Ottoman Empire. *Encyclopedia Britannica*, Londres, 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ottoman-Empire>. Acesso em: 15 maio 2020.

SHIELD, Ralph. The Saudi air war in Yemen: A case for coercive success through battlefield denial. *Journal Of Strategic Studies*, [s.l.], v. 41, n. 3, p.461-489, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2017.1308863?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SPRINZ, D.; WOLINSKY, Y. *Cases, Numbers, Models: International Relations Research Methods*. Michigan: University of Michigan Press, 2002.

THE STOCKHOLM Agreement. OSESGY, [s.l.], 13 dez. 2018. Disponível em: <https://osesgy.unmissions.org/full-text-stockholm-agreement>. Acesso em: 20 jun. 2020.

THIEL, Tobias. Yemen's Arab Spring: from youth revolution to fragile political transition. In: IDEAS Special Reports. *After the Arab Spring: power shift in the Middle East?*. London: LSE IDEAS, 2012. p. 43-47.

UNITED NATIONS. *Convention on Cluster Munitions*. Geneva: UN, 2008.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Berkeley: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WELLE, Deutsche. Irã: os fatos que precederam a Revolução Islâmica. *Carta Capital*, São Paulo, 10 fev. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/ira-os-fatos-que-precederam-a-revolucao-islamica/>. Acesso em: 07 jun. 2020.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: Ed. L & PM Pocket. 2002.

YEMEN Crisis: Why is there a war?. *BBC News*, Londres, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-29319423>. Acesso em: 09 maio 2020.

YEMEN urged to reject amnesty law for President Saleh and aides. *Amnesty International*, [s.l.], 09 jan. 2012. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2012/01/yemen-urged-reject-amnesty-law-president-saleh-and-aides/>. Acesso em: 30 maio 2020.

YEMEN, Rep. *The World Bank*, Washington, 2016. Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/yemen-rep>. Acesso em: 24 maio 2020.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YOSSEF, A.; CERAMI, J. *The Arab Spring and the Geopolitics of the Middle East: Emerging Security Threats and Revolutionary Change*. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

ZAKARIA, Fared. *From Wealth to Power: The Unusual Origins of Americas World Role*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ZIMMERMAN, Katherine. Yemen's pivotal moment. *Critical Threats Project: American Enterprise Institute*, 2014. Disponível em:
<https://www.criticalthreats.org/analysis/yemens-pivotal-moment>. Acesso em: 30 maio 2020.